

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	56
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	124
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	125
---	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	668.034
Preferenciais	157.727
<b>Total</b>	<b>825.761</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	148.282
Preferenciais	1.812
<b>Total</b>	<b>150.094</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	53.674.026	59.552.794
1.01	Ativo Circulante	12.253.681	12.472.401
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.962.415	1.518.584
1.01.02	Aplicações Financeiras	48.033	18.153
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	48.033	18.153
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	48.033	18.153
1.01.03	Contas a Receber	1.852.962	2.428.751
1.01.03.01	Clientes	1.852.962	2.428.751
1.01.04	Estoques	27.678	34.658
1.01.06	Tributos a Recuperar	435.363	370.076
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	435.363	370.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.927.230	8.102.179
1.01.08.03	Outros	6.927.230	8.102.179
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	171.998	103.537
1.01.08.03.03	Outros Tributos	318.717	210.603
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	802.013	887.449
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	869.165	891.270
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.609	700
1.01.08.03.08	Despesas Antecipadas	61.552	26.046
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	4.069.697	5.455.262
1.01.08.03.10	Demais Ativos	630.479	527.312
1.02	Ativo Não Circulante	41.420.345	47.080.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.848.905	24.205.204
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.809	20.580
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	11.809	20.580
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.854.846	6.461.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.854.846	6.461.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.444.651	3.353.617
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.444.651	3.353.617
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.537.599	14.369.490
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.837.054	8.426.835
1.02.01.09.04	Outros Tributos	197.864	194.696
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	128.698	124.289
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	5.290.136
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	5.939	7.905
1.02.01.09.08	Demais Ativos	368.044	325.629
1.02.02	Investimentos	16.875.648	17.144.175
1.02.02.01	Participações Societárias	16.875.648	17.144.175
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.849.958	17.118.485
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	25.690
1.02.03	Imobilizado	5.504.366	5.498.089
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.120.244	5.366.346
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	384.122	131.743
1.02.04	Intangível	191.426	232.925
1.02.04.01	Intangíveis	191.426	232.925
1.02.04.01.02	Software	56.305	97.576

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	107.969	107.567
1.02.04.01.06	Outros	27.152	27.782

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	53.674.026	59.552.794
2.01	Passivo Circulante	19.378.088	13.422.188
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	103.253	168.660
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	103.253	168.660
2.01.02	Fornecedores	1.379.537	1.388.520
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.379.537	1.388.520
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.037	82.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.037	82.009
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.037	82.009
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.401.961	5.257.349
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.401.961	5.257.349
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.510.252	2.338.889
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.891.709	2.918.460
2.01.05	Outras Obrigações	1.748.144	5.759.100
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	311.378	245.076
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	311.378	245.076
2.01.05.02	Outros	1.436.766	5.514.024
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	28.070	65.663
2.01.05.02.04	Outros Tributos	804.543	762.079
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	54.782	42.694
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	192.810	1.890.443
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	15.079	0
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	341.482	2.753.145
2.01.06	Provisões	683.156	766.550
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	683.156	766.550
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.274	23.092
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	58.292	45.001
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	125.127	144.337
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	498.463	554.120
2.02	Passivo Não Circulante	23.863.416	32.914.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	14.931.006
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	14.931.006
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	4.318.746
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	10.612.260
2.02.02	Outras Obrigações	21.598.672	15.776.208
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.793.353	12.790.445
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	18.793.353	12.790.445
2.02.02.02	Outros	2.805.319	2.985.763
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	401.738	436.961
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	521.395
2.02.02.02.05	Outros Tributos	161.701	126.253
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	2.241.880	1.901.154
2.02.04	Provisões	2.264.744	2.207.728
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.264.744	2.207.728
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.812	22.686
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	432.124	485.759

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	411.811	399.396
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.373.997	1.299.887
2.03	Patrimônio Líquido	10.432.522	13.215.664
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	1.484.911	1.484.911
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.431.708	2.431.708
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.833.551	-9.672.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-373.513	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-283.699	338.226

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.474.636	2.955.788	1.559.356	3.149.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-651.243	-1.421.746	-498.365	-1.175.277
3.03	Resultado Bruto	823.393	1.534.042	1.060.991	1.974.163
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.757.225	-2.566.379	-1.197.478	-1.837.884
3.04.01	Despesas com Vendas	-262.264	-509.906	-273.015	-551.723
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-315.889	-636.361	-438.074	-761.999
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	196.978	361.933	132.198	189.999
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-284.902	-421.103	-234.777	-441.203
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.091.148	-1.360.942	-383.810	-272.958
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-933.832	-1.032.337	-136.487	136.279
3.06	Resultado Financeiro	1.256.434	-426.963	-471.566	-1.359.890
3.06.01	Receitas Financeiras	2.048.501	3.327.634	559.063	740.434
3.06.02	Despesas Financeiras	-792.067	-3.754.597	-1.030.629	-2.100.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	322.602	-1.459.300	-608.053	-1.223.611
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-815.213	-701.917	115.364	362.050
3.08.01	Corrente	-7.159	-11.824	-1.743	-12.512
3.08.02	Diferido	-808.054	-690.093	117.107	374.562
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-492.611	-2.161.217	-492.689	-861.561
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	1.112.506	1.080.061
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	1.112.506	1.080.061
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-492.611	-2.161.217	619.817	218.500
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.01.02	PN	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.02.02	PN	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-492.611	-2.161.217	619.817	218.500
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-592.517	-621.924	-792.898	-38.312
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	91.793	450.593	-56.304	-30.255
4.02.02	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge" Reflexa	34.504	55.294	22.385	8.203
4.02.03	Ganho (Perda) Atuarial	-10.083	-10.083	-7.289	10.475
4.02.04	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-132.812	-366.272	-429.536	-78.478
4.02.05	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior Reflexa	-548.137	-601.682	-144.062	0
4.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	960	0
4.02.07	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-27.782	-149.774	21.622	6.725
4.02.08	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	0	-200.674	45.018
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.085.128	-2.783.141	-173.081	180.188

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.064.606	-1.801.453
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	604.462	1.011.300
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-1.459.300	-1.223.611
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-3.747.796	2.927.175
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	3.725.554	-1.258.503
6.01.01.04	Depreciação e amortização	534.221	458.262
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	42.001	49.006
6.01.01.06	Provisões	227.879	258.048
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	4.945	4.498
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	1.360.942	272.958
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	9.344	1.889
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	15.079	12.119
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	2.200	0
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	-17.362	-112.067
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	61.701	20.418
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	9.597	27.380
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-35.536	-92.336
6.01.01.16	Outros	-129.007	-333.936
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-953.995	-1.525.676
6.01.02.01	Contas a receber	533.788	-392.820
6.01.02.02	Estoques	6.980	829
6.01.02.03	Tributos	-331.719	-199.836
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-179.623	-919.648
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	161.162	927.419
6.01.02.06	Fornecedores	-186.511	-253.701
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-67.605	-44.471
6.01.02.08	Provisões	-181.802	-224.490
6.01.02.09	Provisão para fundos de pensão	-50.000	-139.325
6.01.02.10	Variação dos ativos e passivos mantidos para venda	0	-763.422
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	-658.665	483.789
6.01.03	Outros	-715.073	-1.287.077
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-718.960	-1.291.813
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-9.965	-1.938
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-21.857	-19.555
6.01.03.04	Dividendos recebidos	35.709	26.229
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.962.410	-150.620
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-327.489	-293.791
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberação	-2.155.795	-2.066.444
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimento	2.075.870	1.919.138
6.02.04	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	42.248	42
6.02.05	Caixa recebido pela venda de PT Portugal	0	682.681

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.02.06	Depósitos e bloqueios judiciais	-768.607	-761.380
6.02.07	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	345.518	376.199
6.02.08	Aumento de capital em controladas	-2.174.164	0
6.02.09	Aumento/Redução de investimentos permanentes	9	-7.065
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.471.880	2.529.556
6.03.01	Captações líquidas de custos	0	2.641.230
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-3.060.694	-3.146.864
6.03.03	Recebimentos (Pagamentos) de operações de instrumentos financeiros derivativos	-272.316	1.212.552
6.03.04	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Captações	20.706.564	2.587.981
6.03.05	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Pagamentos	-11.866.885	-684.720
6.03.06	Autorizações e concessões	0	-49.665
6.03.07	Programa de refinanciamento fiscal	-32.732	-30.616
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.057	-342
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.033	-15.955
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.443.831	561.528
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.518.584	354.084
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.962.415	915.612

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	1.484.911	0	-9.672.334	-35.287	13.215.664
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	1.484.911	0	-9.672.334	-35.287	13.215.664
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.161.217	-621.925	-2.783.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.161.217	0	-2.161.217
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-621.925	-621.925
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	297.390	297.390
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	55.294	55.294
5.05.02.08	Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.655	-6.655
5.05.02.09	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-366.272	-366.272
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-601.682	-601.682
5.07	Saldos Finais	21.438.374	1.484.911	0	-11.833.551	-657.212	10.432.522

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-488.933	-307.232	-796.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.500	0	218.500
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	-307.232	-1.014.665
5.05.02.06	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-19.968	-19.968
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	8.203	8.203
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	6.913	6.913
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	451.004	451.004
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	365.495	365.495
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735
5.05.02.14	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.513.117	-298.861	17.006.127

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	4.190.184	4.269.144
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.880.919	4.134.805
7.01.02	Outras Receitas	351.266	183.345
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-42.001	-49.006
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.558.455	-1.621.805
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-323.439	-430.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.202.647	-1.163.421
7.02.04	Outros	-32.369	-28.027
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.631.729	2.647.339
7.04	Retenções	-961.194	241.710
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-534.221	-458.262
7.04.02	Outras	-426.973	699.972
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-289.580	-246.304
7.04.02.02	Resultado de Operações descontinuadas	0	1.080.061
7.04.02.03	Outras Despesas	-137.393	-133.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.670.535	2.889.049
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.966.692	467.476
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.360.942	-272.958
7.06.02	Receitas Financeiras	3.327.634	740.434
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.637.227	3.356.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.637.227	3.356.525
7.08.01	Pessoal	192.940	262.737
7.08.01.01	Remuneração Direta	137.942	188.430
7.08.01.02	Benefícios	39.095	47.033
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.785	22.178
7.08.01.04	Outros	4.118	5.096
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.503.484	586.666
7.08.02.01	Federais	764.859	-216.862
7.08.02.02	Estaduais	730.884	788.459
7.08.02.03	Municipais	7.741	15.069
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.102.020	2.288.622
7.08.03.01	Juros	3.763.509	2.089.222
7.08.03.02	Aluguéis	338.511	199.400
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.161.217	218.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.161.217	218.500

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	77.175.661	97.014.806
1.01	Ativo Circulante	25.074.110	38.067.009
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.852.353	14.898.063
1.01.02	Aplicações Financeiras	213.216	1.801.720
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	213.216	1.801.720
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	213.216	1.801.720
1.01.03	Contas a Receber	8.765.453	8.379.719
1.01.03.01	Clientes	8.765.453	8.379.719
1.01.04	Estoques	384.732	351.993
1.01.06	Tributos a Recuperar	879.425	915.573
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	879.425	915.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.978.931	11.719.941
1.01.08.03	Outros	9.978.931	11.719.941
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	313.808	606.387
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.202.256	1.258.227
1.01.08.03.03	Outros Tributos	1.130.853	922.986
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	4.013	753
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	689.512	293.036
1.01.08.03.08	Ativos Mantidos para Venda	5.822.384	7.686.298
1.01.08.03.09	Demais Ativos	816.105	952.254
1.02	Ativo Não Circulante	52.101.551	58.947.797
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.960.613	29.993.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	40.586	125.966
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	40.586	125.966
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.794.037	8.883.002
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.794.037	8.883.002
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	15.125.990	20.984.977
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.893.032	13.119.130
1.02.01.09.04	Outros Tributos	853.313	659.899
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	133.176	129.128
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	6.780.316
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	28.112	71.194
1.02.01.09.08	Demais Ativos	218.357	225.310
1.02.02	Investimentos	139.731	154.890
1.02.02.01	Participações Societárias	139.731	154.890
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	40.323	39.003
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	99.408	115.887
1.02.03	Imobilizado	25.519.183	25.497.191
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.965.418	23.840.610
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.553.765	1.656.581
1.02.04	Intangível	3.482.024	3.301.771
1.02.04.01	Intangíveis	3.482.024	3.301.771
1.02.04.01.02	Software	1.188.458	1.369.411
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	182.451	125.841
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	1.306.749	1.360.833
1.02.04.01.06	Ágio	614.955	246.527

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1.02.04.01.07	Outros	189.411	199.159

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	77.175.661	97.014.806
2.01	Passivo Circulante	57.258.830	25.574.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	682.317	660.415
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	660.415
2.01.02	Fornecedores	5.111.389	5.004.833
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.111.389	5.004.833
2.01.03	Obrigações Fiscais	277.357	339.624
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	277.357	339.624
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	277.357	339.624
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.610.730	11.809.598
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.610.730	11.809.598
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.624.818	3.806.822
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.985.912	8.002.776
2.01.05	Outras Obrigações	3.519.812	6.594.018
2.01.05.02	Outros	3.519.812	6.594.018
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.965	96.433
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	194.948	1.988.948
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.584.815	1.553.651
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	98.269	78.432
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	62.446	911.930
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	519.935	745.000
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.019.434	1.219.624
2.01.06	Provisões	1.057.225	1.165.583
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.057.225	1.165.583
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	59.548	81.529
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	169.242	169.691
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	125.417	144.589
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	703.018	769.774
2.02	Passivo Não Circulante	8.661.620	57.034.524
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	48.047.819
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	48.047.819
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	9.115.443
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	38.932.376
2.02.02	Outras Obrigações	4.477.141	5.173.302
2.02.02.02	Outros	4.477.141	5.173.302
2.02.02.02.03	Outros Tributos	992.863	924.337
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	521.395
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	7.298	6.607
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	673.460	716.656
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	2.803.520	3.004.307
2.02.04	Provisões	4.184.479	3.813.403
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.184.479	3.813.403
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	500.637	410.828
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	815.654	679.786
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	411.847	399.431
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.456.341	2.323.358

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.255.211	14.406.211
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	1.484.911	1.484.911
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.431.708	2.431.708
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.833.551	-9.672.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-373.513	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-283.699	338.226
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	822.689	1.190.547

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.524.129	13.279.240	6.783.786	13.823.721
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.131.576	-8.260.316	-3.708.018	-7.502.780
3.03	Resultado Bruto	2.392.553	5.018.924	3.075.768	6.320.941
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.293.579	-4.527.431	-2.449.258	-4.901.560
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.157.297	-2.215.306	-1.223.383	-2.371.149
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-927.181	-1.850.846	-997.035	-1.946.430
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	418.628	789.040	362.392	547.170
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-627.154	-1.249.397	-591.314	-1.131.665
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-575	-922	82	514
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.974	491.493	626.510	1.419.381
3.06	Resultado Financeiro	622.395	-1.280.407	-1.209.600	-2.478.687
3.06.01	Receitas Financeiras	435.229	713.317	570.383	877.304
3.06.02	Despesas Financeiras	187.166	-1.993.724	-1.779.983	-3.355.991
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	721.369	-788.914	-583.090	-1.059.306
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.376.880	-1.510.749	141.123	203.243
3.08.01	Corrente	-150.825	-307.304	-126.561	-397.604
3.08.02	Diferido	-1.226.055	-1.203.445	267.684	600.847
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-655.511	-2.299.663	-441.967	-856.063
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	1.112.506	1.080.061
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	1.112.506	1.080.061
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-655.511	-2.299.663	670.539	223.998
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-492.611	-2.161.217	619.817	218.500
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-162.900	-138.446	50.722	5.498
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.01.02	PN	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.99.02.01	ON	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000
3.99.02.02	PN	-0,73000	-3,20000	0,88000	0,28000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-655.511	-2.299.663	670.539	223.998
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-592.517	-621.924	-792.898	-38.312
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	144.072	534.372	-29.694	-17.827
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial	-10.083	-10.083	-7.289	10.475
4.02.03	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	-680.949	-967.954	-573.598	-78.478
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes no período	0	0	960	0
4.02.05	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-45.557	-178.259	17.397	2.500
4.02.06	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	0	-200.674	45.018
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.248.028	-2.921.587	-122.359	185.686
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.085.128	-2.783.141	-173.081	180.188
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-162.900	-138.446	50.722	5.498

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-914.652	-3.835.369
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.651.751	3.998.754
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-788.914	-1.059.306
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-5.274.874	3.780.256
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	5.079.077	-1.722.051
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.709.610	2.392.679
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	291.537	324.148
6.01.01.06	Provisões	494.457	524.202
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	5.800	4.544
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	922	-514
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	13.975	2.470
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	48.212	35.338
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	10.649	6.087
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	194.403	115.362
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	16.189	52.864
6.01.01.14	Dividendos prescritos	-37.015	-93.257
6.01.01.15	Outros	-112.277	-364.068
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.141.691	-5.427.209
6.01.02.01	Contas a receber	-476.329	-1.109.336
6.01.02.02	Estoques	354	32.725
6.01.02.03	Tributos	-784.664	-290.334
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.282.267	-4.575.807
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.984.198	1.702.865
6.01.02.06	Fornecedores	-203.266	-426.672
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-88.520	-230.373
6.01.02.08	Provisões	-447.163	-491.609
6.01.02.09	Provisões para fundos de pensão	-50.000	-139.324
6.01.02.10	Varição de ativos e passivos mantidos para venda	346.503	-863.217
6.01.02.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.457	48.076
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	-1.147.994	430.455
6.01.02.13	Fluxo das atividades operacionais das operações descontinuadas	0	485.342
6.01.03	Outros	-2.424.712	-2.406.914
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-2.230.705	-2.183.166
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-86.191	-126.228
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-107.816	-97.520
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.810.113	14.847.201
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-2.173.655	-1.880.384
6.02.02	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	2.265	29.251
6.02.03	Caixa recebido pela venda da PT Portugal	0	17.218.275
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-1.149.494	-1.010.161
6.02.05	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	510.771	483.512
6.02.06	Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	0	201.591

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.02.07	Aumento/Redução de investimentos permanentes	0	-144
6.02.08	Fluxo das atividades de investimento das operações descontinuadas	0	-194.739
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.316.070	-121.521
6.03.01	Captações líquidas de custos	0	4.711.333
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-6.238.467	-5.279.028
6.03.03	Recebimentos (Pagamentos) de operações de instrumentos financeiros derivativos	212.794	1.358.514
6.03.04	Autorizações e concessões	-203.449	-347.215
6.03.05	Programa de refinanciamento fiscal	-49.186	-46.000
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-37.762	-26.931
6.03.07	Fluxo das atividades de financiamento das operações descontinuadas	0	-492.194
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.875	156.071
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.045.710	11.046.382
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.898.063	2.449.206
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.852.353	13.495.588

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	1.484.911	0	-9.672.334	-35.287	13.215.664	1.190.547	14.406.211
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	1.484.911	0	-9.672.334	-35.287	13.215.664	1.190.547	14.406.211
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.161.217	-621.925	-2.783.142	-367.858	-3.151.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.161.217	0	-2.161.217	-138.446	-2.299.663
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-621.925	-621.925	-229.412	-851.337
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	297.390	297.390	0	297.390
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	55.294	55.294	0	55.294
5.05.02.08	Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.655	-6.655	0	-6.655
5.05.02.09	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-366.272	-366.272	-229.412	-595.684
5.05.02.10	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-601.682	-601.682	0	-601.682
5.07	Saldos Finais	21.438.374	1.484.911	0	-11.833.551	-657.212	10.432.522	822.689	11.255.211

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-488.933	-307.232	-796.165	-49.552	-845.717
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.500	0	218.500	5.498	223.998
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	-307.232	-1.014.665	-55.050	-1.069.715
5.05.02.06	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-19.968	-19.968	0	-19.968
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	8.203	8.203	0	8.203
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	6.913	6.913	0	6.913
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221	0	7.221
5.05.02.10	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	451.004	451.004	-55.050	395.954
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	365.495	365.495	0	365.495
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921	0	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735	0	144.735
5.05.02.14	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347	0	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.513.117	-298.861	17.006.127	1.459.645	18.465.772

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	17.721.920	18.154.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.253.928	17.984.190
7.01.02	Outras Receitas	759.529	522.194
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-291.537	-351.564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.271.074	-6.611.566
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-732.188	-1.179.998
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.112.221	-5.011.695
7.02.04	Outros	-426.665	-419.873
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.450.846	11.543.254
7.04	Retenções	-3.712.249	-2.142.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.709.610	-2.490.872
7.04.02	Outras	-1.002.639	348.614
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-688.860	-607.403
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	0	1.080.061
7.04.02.03	Outras Despesas	-313.779	-124.044
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.738.597	9.400.996
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	712.395	877.818
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922	514
7.06.02	Receitas Financeiras	713.317	877.304
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.450.992	10.278.814
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.450.992	10.278.814
7.08.01	Pessoal	1.276.036	1.156.177
7.08.01.01	Remuneração Direta	908.443	821.487
7.08.01.02	Benefícios	247.555	219.250
7.08.01.03	F.G.T.S.	84.132	84.555
7.08.01.04	Outros	35.906	30.885
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.376.254	3.929.917
7.08.02.01	Federais	2.121.430	570.814
7.08.02.02	Estaduais	3.164.152	3.281.611
7.08.02.03	Municipais	90.672	77.492
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.098.365	4.968.722
7.08.03.01	Juros	1.930.416	3.259.544
7.08.03.02	Aluguéis	2.167.949	1.709.178
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.299.663	223.998
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.161.217	218.500
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-138.446	5.498

# 2T16

# RELATÓRIO

# TRIMESTRAL

The logo for Oi, consisting of the lowercase letters 'oi' in a white, rounded, sans-serif font, positioned on a yellow-to-orange gradient circular background.

oi



## Teleconferência em Português

11 de agosto de 2016  
 10h00 [Brasília]  
 9h00 [NY] / 14h00 [UK]  
 Webcast: [Clique aqui](#)  
 Telefone: +55 (11) 2188-0155 / Senha: Oi  
 Replay disponível até 17/08/2016:  
 +55 (11) 2188-0400 / Senha: Oi

## Teleconferência em Inglês

TRADUÇÃO  
 SIMULTÂNEA

11 de agosto de 2016  
 10h00 [Brasília]  
 9h00 [NY] / 14h00 [UK]  
 Webcast: [Clique aqui](#)  
 Telefone: +1-866-890-2584 [EUA] /  
 +1-646-843-6054 [Outros] / Senha: Oi  
 Replay disponível até 17/08/2016:  
 +1-646-843-6054 / Senha: Oi

### Informações e Resultados Consolidados [Não Auditados]

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) – e de suas subsidiárias no segundo trimestre de 2016.





## DESTAQUES 2T16

### AVANÇOS OPERACIONAIS E FOCO NA RENTABILIZAÇÃO DA BASE

- A Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] segue com seu plano estratégico focado em digitalização, convergência, dados, controle de custos, e melhor experiência do cliente, e mostra avanços operacionais em seus segmentos de negócio, com destaque para o segmento Residencial.
- O novo portfólio de ofertas (Oi Total, Oi Livre, Oi Mais, Oi Mais Controle e Oi Mais Empresas) demonstra importante evolução, desde seu lançamento, nos principais indicadores da Companhia, confirmando a estratégia acertada de oferecer planos convergentes e de mais alto valor como forma de rentabilizar e fidelizar a base, enquanto proporciona melhor qualidade e experiência dos clientes.
- No segmento Residencial, o ARPU manteve trajetória de crescimento [+4,5% em relação ao 2T15], atingindo R\$ 82,1. Todos os serviços residenciais (telefonia fixa, banda larga e TV) registraram aumento do ARPU e de adições líquidas e redução do *churn*. Com isso, a receita do segmento totalizou R\$ 2.411 milhões, apresentando uma reversão da sua tendência e apresentando crescimento sequencial de 0,7% no trimestre.
- A telefonia fixa residencial registrou o menor nível de desconexão líquida desde 2013, com 79 mil desconexões. Na banda larga, a velocidade média da base de clientes superou, pela primeira vez, 6 Mbps e a velocidade média das adições brutas atingiu 8,0 Mbps com 57,6% das vendas no 2T16 com velocidade a partir de 10 Mbps [+5,6 p.p. versus 2T15]. A penetração da Oi TV em residências com telefone fixo da Oi atingiu 12,3% e as ofertas de alto valor (*high-end*) alcançaram mais de um quarto da base total de TV paga. Destaque para o ARPU da Oi TV que aumentou em 19,0% na comparação anual.
- No segmento de Mobilidade Pessoal, a receita de serviços (que exclui venda de aparelhos) foi de R\$ 1.878 milhões no trimestre [-3,7% versus 2T15], decorrente principalmente do corte das tarifas de interconexão e da queda da receita do pré-pago, que é afetada pelo cenário macroeconômico brasileiro. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo bom desempenho do pós-pago e da receita de dados, que sustentam a melhoria da tendência da receita de serviços. Além disso, a base de inseridores (clientes pré-pagos que fazem recargas) reverteu a tendência e já começa a crescer em julho, indicando perspectiva de melhoria para os próximos trimestres.
- A receita de dados na Mobilidade Pessoal cresceu 20,3% em relação ao 2T15, impulsionada por fatores como o lançamento dos novos planos (Oi Livre e Oi Mais), que oferecem franquias com muito mais dados, o aumento da penetração de aparelhos 3G/4G na base de clientes e os investimentos na modernização e ampliação da capacidade da rede.
- O segmento B2B vem enfrentando desafios no cenário macro mas segue apresentando melhoria da qualidade da receita com base na digitalização e nos serviços de TI e dados. O segmento Corporativo manteve o foco em rentabilidade oferecendo serviços de dados, TI e outros serviços não tradicionais, com o objetivo de reduzir a dependência dos serviços de voz. Receitas não voz já representam 67% da receita total do segmento Corporativo.
- Ainda no B2B, o segmento de pequenas e médias empresas (PMEs), apesar de mais impactado pelo cenário macroeconômico adverso, apresentou evolução dos principais indicadores em função da nova estratégia implementada ao final de 2015, envolvendo a simplificação do portfólio de ofertas com foco na digitalização (Oi Mais Empresas), canais alternativos mais eficientes e captação de clientes de mais alto valor.
- A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 6.323 milhões no 2T16, -3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a: (i) deterioração macroeconômica, com impacto especialmente no pré-pago e no B2B; (ii) corte das tarifas reguladas de interconexão [VU-M] e de ligações fixo-móvel [VC]; e (iii) menor base de UGRs. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento da receita de banda larga [+5,4%] e de TV paga [+21,3%] no segmento Residencial e pelo crescimento da receita de dados [+20,3%] no segmento de Mobilidade Pessoal.
- O Opex de rotina das operações brasileiras cresceu 2,9% comparado ao 2T15, bem abaixo da inflação do período [+8,9%], somando R\$ 4.878 milhões neste trimestre], resultado do controle de custos. O EBITDA de rotina no Brasil foi de R\$ 1.444 milhões, queda de 20,5% em relação ao 2T15.



## DESTAQUES 2T16

- O Capex no Brasil totalizou R\$ 1.215 milhões no trimestre, apresentando crescimento anual de 16,7%. Os investimentos na modernização e ampliação da capacidade da rede e TI vem permitindo entregar ofertas mais adequadas às demandas atuais dos consumidores, promovendo maiores possibilidades de uso e contínua melhoria na qualidade e experiência dos usuários.
- A dívida líquida encerrou o 2T16 em R\$ 41.386 milhões, impactada principalmente pelo pagamento da última parcela da licença 3G e das rescisões trabalhistas, além do investimento em capital de giro e pagamento de depósitos judiciais.
- O prejuízo líquido consolidado foi de R\$ 656 milhões no 2T16.



## DESTAQUES 2T16

### Sumário

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Trl.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Oi S.A.</b>								
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>8.524</b>	<b>6.784</b>	<b>6.755</b>	<b>-3,8%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>13.279</b>	<b>13.824</b>	<b>-3,9%</b>
EBITDA	1.435	1.899	1.766	-24,4%	-18,7%	3.201	3.910	-18,1%
Margem EBITDA (%)	22,0%	28,0%	26,1%	-6,0 p.p.	-4,1 p.p.	24,1%	28,3%	-4,2 p.p.
EBITDA de Rotina	1.520	1.947	1.776	-21,9%	-14,4%	3.296	3.958	-16,7%
Margem EBITDA de Rotina (%)	23,3%	28,7%	26,3%	-5,4 p.p.	-3,0 p.p.	24,8%	28,6%	-3,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-656	-442	-1.644	48,3%	-60,1%	-2.300	-856	168,6%
Dívida Líquida	41.386	34.644	40.844	19,5%	1,3%	41.386	34.644	19,5%
Caixa Disponível	5.106	16.636	8.527	-69,3%	-40,1%	5.106	16.636	-69,3%
CAPEX	1.253	1.069	1.252	17,3%	0,0%	2.505	2.093	19,7%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Trl.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>BRASIL</b>								
<b>Unidades Geradoras de Receita (Mil)</b>	<b>69.198</b>	<b>72.975</b>	<b>69.496</b>	<b>-5,2%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>69.198</b>	<b>72.975</b>	<b>-5,2%</b>
Residencial	16.153	16.791	16.170	-3,8%	-0,1%	16.153	16.791	-3,8%
Mobilidade Pessoal	45.319	47.756	45.559	-5,1%	-0,5%	45.319	47.756	-5,1%
B2B	7.078	7.778	7.115	-9,0%	-0,5%	7.078	7.778	-9,0%
Telefones públicos	648	651	651	-0,5%	-0,5%	648	651	-0,5%
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>8.323</b>	<b>6.555</b>	<b>6.539</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>12.861</b>	<b>13.396</b>	<b>-4,0%</b>
<b>Receita Líquida de Serviços <sup>(1)</sup></b>	<b>6.256</b>	<b>6.487</b>	<b>6.480</b>	<b>-3,6%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>12.737</b>	<b>13.128</b>	<b>-3,0%</b>
Residencial	2.411	2.460	2.394	-2,0%	0,7%	4.805	4.951	-2,9%
Mobilidade Pessoal	1.878	1.950	1.974	-3,7%	-4,9%	3.852	4.009	-3,9%
Clientes <sup>(2)</sup>	1.740	1.757	1.784	-1,0%	-2,5%	3.524	3.557	-0,9%
B2B	1.908	2.001	2.065	-4,6%	-7,6%	3.974	4.022	-1,2%
<b>Receita Líquida de Clientes <sup>(2)</sup></b>	<b>6.008</b>	<b>6.131</b>	<b>6.159</b>	<b>-2,0%</b>	<b>-2,4%</b>	<b>12.167</b>	<b>12.334</b>	<b>-1,4%</b>
EBITDA de Rotina	1.444	1.816	1.686	-20,5%	-14,3%	3.130	3.745	-16,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	22,8%	27,7%	25,8%	-4,9 p.p.	-2,9 p.p.	24,3%	28,0%	-3,6 p.p.
CAPEX	1.215	1.041	1.204	16,7%	0,9%	2.419	2.025	19,4%
EBITDA de Rotina - CAPEX	229	775	482	-70,4%	-52,5%	711	1.719	-58,6%

(1) Exclui receita de aparelhos.

(2) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.



## RESULTADOS OPERACIONAIS

### Receita Líquida

Tabela 1 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					Semestre			Composição %	
	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano	2T16	2T15
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>6.524</b>	<b>6.784</b>	<b>6.765</b>	<b>-3,8%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>13.278</b>	<b>13.824</b>	<b>-3,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Brasil</b>	<b>6.323</b>	<b>6.555</b>	<b>6.539</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>12.861</b>	<b>13.396</b>	<b>-4,0%</b>	<b>96,9%</b>	<b>96,8%</b>
Residencial	2.411	2.460	2.394	-2,0%	0,7%	4.805	4.951	-2,9%	37,0%	35,4%
Mobilidade Pessoal	1.944	2.018	2.032	-3,6%	-4,3%	3.976	4.276	-7,0%	29,8%	30,1%
Serviços	1.878	1.950	1.974	-3,7%	-4,9%	3.852	4.009	-3,9%	28,8%	29,2%
Clientes	1.740	1.757	1.784	-1,0%	-2,5%	3.524	3.557	-0,9%	26,7%	26,4%
Uso de Rede	138	193	189	-28,1%	-26,9%	328	453	-27,6%	2,1%	2,8%
Material de Revenda	66	68	58	-2,7%	13,5%	124	267	-53,5%	1,0%	0,9%
B2B	1.908	2.001	2.065	-4,6%	-7,6%	3.974	4.022	-1,2%	29,3%	30,6%
Outros serviços	59	76	48	-22,7%	23,1%	106	146	-27,2%	0,9%	0,7%
<b>Outros</b>	<b>202</b>	<b>229</b>	<b>217</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>418</b>	<b>428</b>	<b>-2,3%</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,2%</b>
<b>Brasil</b>										
Receita Líquida de Serviços	6.256	6.486	6.480	-3,5%	-3,5%	12.736	13.125	-3,0%	95,9%	95,9%
Receita Líquida de Clientes	6.008	6.131	6.159	-2,0%	-2,4%	12.167	12.334	-1,4%	92,1%	91,2%

No 2T16, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 6.524 milhões, uma redução de 3,8% em relação ao 2T15 e de 3,4% na comparação com o 1T16. A receita líquida das operações brasileiras foi de R\$ 6.323 milhões, -3,5% na comparação anual e -3,3% em bases sequenciais. A receita líquida das outras operações internacionais (África e Timor Leste) foi de R\$ 202 milhões [-12,0% versus 2T15 e -6,9% versus 1T16].

### BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") totalizou R\$ 6.323 milhões no 2T16, -3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a: (i) deterioração macroeconômica, com impacto especialmente no pré-pago e no B2B; (ii) corte das tarifas reguladas de interconexão (VU-M) e de ligações fixo-móvel (VC); e (iii) menor base de UGRs. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento da receita de banda larga (+5,4%) e de TV paga (+21,3%) no segmento Residencial e pelo crescimento da receita de dados (+20,3%) no segmento de Mobilidade Pessoal. A comparação trimestral [-3,3%] foi impactada principalmente pelo crescimento no número de contratos para a prestação de serviços pontuais e por acordos com operadoras, ocorridos no segmento do B2B no 1T16.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de aparelhos, foi de R\$ 6.256 milhões no trimestre, -3,5% comparado ao 2T15. No mesmo período, a receita líquida total de clientes, que exclui a receita de aparelhos e a receita de uso de rede, apresentou queda de 2,0%, totalizando R\$ 6.008 milhões no 2T16.



## RESULTADOS OPERACIONAIS

### Residencial

	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Residencial</b>								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.411	2.460	2.394	-2,0%	0,7%	4.805	4.951	-2,9%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	16.153	16.791	16.170	-3,8%	-0,1%	16.153	16.791	-3,8%
Linhas fixas em serviço	9.795	10.440	9.874	-6,2%	-0,8%	9.795	10.440	-6,2%
Banda Larga Fixa	5.149	5.167	5.115	-0,3%	0,7%	5.149	5.167	-0,3%
TV Paga	1.209	1.184	1.181	2,1%	2,4%	1.209	1.184	2,1%
<b>ARPU - Residencial (R\$)</b>	<b>82,1</b>	<b>78,5</b>	<b>80,8</b>	<b>4,5%</b>	<b>1,6%</b>	<b>81,4</b>	<b>78,1</b>	<b>4,3%</b>

No 2T16, a receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 2.411 milhões, uma redução de 2,0% em relação ao 2T15, impactada pela queda na receita de voz fixa, devido a uma menor base de clientes, e ao corte anual das tarifas reguladas de ligações fixo-móvel [VC]. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento anual da receita de banda larga [+5,4%] e da receita de TV [+21,3%]. Vale ressaltar que no 2T16 o segmento Residencial reverteu sua tendência de queda da receita, apresentando crescimento de 0,7% na comparação sequencial. Essa reversão da tendência se deve à evolução contínua do segmento que vem apresentando maiores níveis de *gross adds*, menores taxas de *churn* e um aumento consistente do ARPU, como resultado da retomada comercial com o novo portfólio de ofertas, a maior qualidade das vendas com foco nas ofertas de alto valor e as ações de retenção de clientes.

A base de clientes no segmento Residencial ficou em 16.153 mil UGRs no 2T16, -3,8% comparado ao 2T15 e praticamente estável na comparação sequencial. A linha fixa registrou no 2T16 o menor patamar de desconexão líquida dos últimos anos, enquanto a banda larga e a TV registraram aumento nas adições líquidas. O segmento apresentou, na comparação anual, aumento do ARPU e melhora nas taxas de *churn* em todos os seus produtos, como resultado da estratégia de rentabilização da base e fidelização de seus clientes.

Essa melhora está relacionada à nova oferta Oi Total, lançada em nível nacional no final de março de 2016. O Oi Total combina telefonia fixa, banda larga, TV e mobilidade [já no modelo *all-net*], além de oferecer benefícios como atendimento único, cobrança integrada em única fatura, instalação conjunta, e compartilhamento das franquias entre os serviços, que é um diferencial da Oi entre as ofertas convergentes disponíveis no mercado. O conceito de convergência, principal estratégia do Residencial, proporciona maior ARPU por oferecer mais serviços por domicílio e, conseqüentemente, promove uma maior fidelização da base de clientes, reduzindo o *churn*, além de oferecer uma melhor experiência ao usuário.

#### ARPU Residencial

O ARPU residencial manteve sua trajetória de crescimento, apresentando aumento de 4,5% em relação ao 2T15 e de 1,6% na comparação sequencial, atingindo R\$ 82,1 no 2T16. Vale destacar o desempenho positivo do ARPU em cada um dos produtos de telefonia fixa, banda larga e TV paga.

#### Fixo

A Companhia encerrou o 2T16 com 9.795 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial [-6,2% em comparação ao 2T15 e -0,8% versus 1T16]. As adições brutas cresceram 6,1% em relação ao último trimestre e as desconexões líquidas reduziram nesse período, totalizando 79 mil linhas fixas no 2T16.

O ARPU do serviço de telefonia fixa aumentou 2,5% na comparação anual, enquanto o *mix* de ofertas de baixo valor [*low-end*] nas adições brutas reduziu 8,3 p.p. e o volume de desconexões apresentou queda de 22,7%. A melhora desses indicadores reflete os esforços da Companhia em reduzir a exposição da base de telefonia fixa e fidelizar a base residencial aumentando o "*share of wallet*" dos domicílios com serviços Oi por meio da venda de ofertas convergentes, como o Oi Total, que apresentam taxas de *churn* inferiores e ARPU superiores a dos produtos avulsos. No trimestre, o percentual de clientes com mais de um produto Oi alcançou 64,0%, +1,5 p.p. comparado ao 2T15.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

No 2T16, a oferta Oi Total passou a representar 4,4% da base de telefonia fixa do Residencial. Já o percentual de vendas do Oi Total Residencial para novos clientes ultrapassou a marca de 20% do total das vendas desta oferta no mês de junho de 2016.

Antes do lançamento do Oi Total, o principal produto convergente da Oi era o Oi Conta Total, que combinava fixo, banda larga fixa e mobilidade. Essa oferta deixou de ser comercializada após o lançamento nacional do Oi Total ao final do 1T16. A base do OCT foi mantida, porém a Companhia iniciou um processo de migração orgânica para o Oi Total, seguindo um plano de retenção com rentabilização. Vale ressaltar que 62% das vendas em junho do Oi Total Solução Completa (4P) foram para clientes do OCT (3P), como estratégia de *cross-selling* e rentabilização da base.

No trimestre, a oferta Oi Voz Total (OVT), que combina telefonia fixa com móvel pré-pago, correspondeu a 14,1% da base de telefonia fixa do segmento, com uma taxa de *churn* 28,3% inferior à da oferta avulsa de linha fixa. A penetração média de chips por cliente na oferta OVT se manteve em 1,6 no trimestre.

No 2T16, a penetração dos planos fixos ilimitados na base de telefonia fixa cresceu 4,7 p.p., atingindo 24,2% da base, refletindo a estratégia de rentabilização e fidelização da base de clientes.

### Banda Larga

A Oi registrou 5.149 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial ao final do 2T16, -0,3% em relação ao 2T15 e +0,7% comparado ao trimestre anterior, registrando 33 mil adições líquidas no trimestre [versus 6 mil no 1T16 e -47 mil no 2T15].

Os investimentos dos últimos anos concentrados na modernização e capacidade da rede de fibra ótica estão viabilizando a entrega de maior velocidade de banda larga, resultando na melhora da experiência do cliente e refletindo na melhora dos principais indicadores do produto. Além disso, a disponibilidade da tecnologia VDSL (banda larga de até 35 Mbps de velocidade) vem impulsionando as vendas do Oi Total, que passou a oferecer, a partir de julho deste ano, banda larga a partir de 15 Mbps como velocidade padrão.

No 2T16, as adições líquidas totalizaram 33 mil [versus 6 mil no trimestre passado], as adições brutas atingiram o maior patamar dos últimos seis trimestres e a taxa de *churn* registrou seu menor índice histórico. Adicionalmente, a penetração da banda larga fixa em residências que possuem telefone fixo chegou a 52,6% no trimestre (+3,1 p.p. versus 2T15 e +0,8 p.p. versus 1T16) e o *mix* das adições brutas na participação das ofertas de baixo valor [*low-end*] continuou reduzindo [-5,9 p.p. versus 2T15 e -2,4% versus 1T16]. Destaca-se o crescimento contínuo do ARPU da banda larga que aumentou 6,2% na comparação anual e 7,1% na variação sequencial, resultado do trabalho de rentabilização da base via *upgrade* de velocidade da base existente e foco na venda de ofertas *high-end* para novos clientes.

A velocidade média da base de clientes de banda larga superou pela primeira vez 6 Mbps, atingindo 6,1 Mbps no 2T16 [+24,2% versus 2T15 e +5,2% versus 1T16]. A participação de UGRs com velocidade a partir de 5 Mbps aumentou 10,9 p.p. na comparação anual (para 65,4%), e a participação de UGRs com velocidade a partir de 10 Mbps subiu 10,9 p.p. no mesmo período (para 37,5%). A velocidade média das adições brutas atingiu 8,0 Mbps [+11,8% em relação ao 2T15 e +5,6% em relação ao 1T16]. No 2T16, 80,6% das adições brutas possuíam velocidade a partir de 5 Mbps [+6,1 p.p. versus 2T15] e 57,6% possuíam velocidade a partir de 10 Mbps [+5,6 p.p. versus 2T15]. Já a velocidade média das adições brutas do Oi Total aumentou 3,1% em relação ao trimestre passado, atingindo 8,1 Mbps.

### TV Paga

No 2T16, a base de TV paga da Oi chegou a 1.209 mil UGRs, apresentando crescimento anual de 2,1% e sequencial de 2,4%. As adições líquidas mantiveram a tendência de crescimento, alcançando 28 mil neste trimestre [versus 12 mil no 1T16 e -48 mil no 2T15], como resultado do crescimento das adições brutas [+14,2% em relação ao 1T16] e manutenção nas taxas de *churn*.



## RESULTADOS OPERACIONAIS

No trimestre, a penetração da Oi TV em residências que possuem a telefonia fixa atingiu 12,3%, crescimento de 1,0 p.p em relação ao 2T15. Nesse período, o *mix* de ofertas de alto valor [*high-end*] cresceu 2,4 p.p., atingindo 25,6%. Já o ARPU deste produto apresentou crescimento por mais um trimestre, +19,0% em relação ao 2T15 e +3,1% em relação ao 1T16, em função das ações de *upselling* e da melhoria do *mix* de aquisição.

A Oi TV oferece um conteúdo completo, com canais HD (incluindo canais abertos) em todos os planos, com ofertas que oferecem até 183 canais e mais de 50 em HD. Recentemente a Companhia lançou serviços como o PenVR (serviço de gravação de conteúdos e *live/pause* via *pen drive* disponível para contratação em qualquer plano) e iPPV (compra de eventos *Pay Per View* pelo controle remoto). Além disso, pela plataforma Oi Play os clientes podem assistir ao conteúdo de 12 programadores com 30 canais ao vivo e mais de 13 mil títulos *on demand*, por meio de qualquer dispositivo [*smartphone*, *tablet* ou PC] com conexão à internet, sem custo adicional para o consumidor. O Oi Play permite que os clientes realizem buscas mais otimizadas e tenham melhor interação com os conteúdos. Essa plataforma reforça o posicionamento da Oi em promover uma melhor experiência aos seus clientes por meio da digitalização dos serviços.

Mais uma opção para o cliente é a modalidade pré-paga lançada recentemente para a Oi TV, em que o cliente tem a opção de compartilhar entre o telefone móvel e a TV por assinatura os créditos adquiridos em todos os pontos de venda de recarga no país. A Oi TV em formato pré-pago tem opções de recargas quinzenais (a partir de R\$ 29,90) e mensais (a partir de R\$ 54,90), que podem ser pagas por cartão de crédito ou por compartilhamento de saldo de créditos do Oi Móvel do cliente.

### Mobilidade Pessoal

	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Mobilidade Pessoal</b>								
<b>Receita Líquida (R\$ Milhões)</b>	<b>1.944</b>	<b>2.018</b>	<b>2.032</b>	<b>-3,6%</b>	<b>-4,3%</b>	<b>3.978</b>	<b>4.276</b>	<b>-7,0%</b>
Serviços	1.878	1.950	1.974	-3,7%	-4,9%	3.852	4.009	-3,9%
Clientes <sup>(1)</sup>	1.740	1.757	1.784	-1,0%	-2,5%	3.524	3.557	-0,9%
Uso de Rede	138	193	189	-28,1%	-26,9%	328	453	-27,6%
Material de Revenda	66	68	58	-2,7%	13,5%	124	267	-53,5%
<b>Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil</b>	<b>45.319</b>	<b>47.756</b>	<b>45.559</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>45.319</b>	<b>47.756</b>	<b>-5,1%</b>
Pré-Pago	38.299	40.719	38.668	-5,9%	-1,0%	38.299	40.719	-5,9%
Pós-Pago <sup>(2)</sup>	7.020	7.037	6.891	-0,2%	1,9%	7.020	7.037	-0,2%

Obs: (1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui: pós-pago de alto valor, Oi Controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

No 2T16, o segmento de Mobilidade Pessoal totalizou uma receita líquida de R\$ 1.944 milhões, apresentando uma queda de 3,6% em relação ao 2T15 e de 4,3% em comparação ao trimestre anterior, explicada principalmente pelo corte anual nas tarifas de interconexão [VU-M].

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, foi de R\$ 1.740 milhões no trimestre [-1,0% versus 2T15 e -2,5% versus 1T16], decorrente principalmente da queda da receita do pré-pago que é afetada pelo cenário macroeconômico brasileiro. Esse impacto foi parcialmente compensado pelo bom desempenho do pós-pago, que atingiu crescimento anual da receita de 17,1%<sup>1</sup>, reflexo da evolução da oferta Oi Mais, das vendas de mais alto valor [*bundles* e *high-end*] e da alta penetração de aparelhos 3G/4G na base de clientes, atualmente em 63%.

A receita de dados atingiu R\$ 853 milhões no 2T16, um crescimento de 20,3% em relação ao 2T15. Alguns fatores como o aumento da penetração de *smartphones* na base, maiores investimentos em infraestrutura de transmissão e transporte e o lançamento dos novos planos [Oi Livre e Oi Mais], que oferecem franquias com muito mais dados aos clientes, foram

<sup>1</sup> Este desempenho do pós-pago inclui o Controle e exclui receita de longa distância originada por clientes de outras operadoras



## RESULTADOS OPERACIONAIS

responsáveis pelo aumento anual de 8,7 p.p. no *share* de dados em relação à receita total de clientes no segmento, registrando 49,1% no 2T16.

A receita de uso de rede totalizou R\$ 138 milhões no trimestre, uma queda de 28,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao corte regulado nas tarifas de VU-M. Em fevereiro de 2015, as tarifas de interconexão (VU-M) foram reduzidas em 33,3%, para R\$ 0,15517, R\$ 0,15897 e R\$ 0,15485 nas Regiões I, II e III, respectivamente. E em fevereiro de 2016, estas mesmas tarifas caíram para R\$ 0,09317, R\$ 0,10309 e R\$ 0,11218 nas Regiões I, II e III, nesta mesma ordem. Cortes adicionais foram aprovados pela Anatel: (i) em 2017: R\$ 0,04928, R\$ 0,05387 e R\$ 0,06816; (ii) em 2018: R\$ 0,02606, R\$ 0,02815 e R\$ 0,04141; e (iii) em 2019: R\$ 0,01379, R\$ 0,01471 e R\$ 0,02517, respectivamente nas Regiões I, II e III.

A receita de vendas de aparelhos totalizou R\$ 66 milhões no trimestre, uma redução de 2,7% em relação ao 2T15 e um crescimento de 13,5% na comparação com o trimestre anterior, este último devido basicamente às vendas relacionadas ao dia das mães. As vendas de *smartphones* representaram a totalidade das vendas do trimestre, dos quais 63% foram vendas de aparelhos 4G, que representam 11% do total de aparelhos na base. Já a penetração de aparelhos 3G ficou em 52% e a penetração de aparelhos 2G em 37% no 2T16.

O segmento de Mobilidade Pessoal encerrou o trimestre com 45.319 mil UGRs, uma queda de 5,1% comparado ao 2T15. Nos últimos 12 meses, as desconexões líquidas totalizaram 2.437 mil, sendo 2.420 mil no pré-pago e 17 mil no pós-pago. Na comparação com o 1T16, o segmento de Mobilidade Pessoal caiu 0,5%, com destaque para as 129 mil adições líquidas do pós-pago, consequência do lançamento das novas ofertas, Oi Mais e Oi Mais Controle, mais adequadas às necessidades atuais dos consumidores, oferecendo maior franquia de dados e ligações *all-net*.

No 2T16, a base total de clientes móveis (Mobilidade Pessoal + B2B) atingiu 47.575 mil UGRs, dos quais 45.319 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.256 mil no segmento B2B. A Companhia manteve o patamar de 5,1 milhões de adições brutas e apresentou 195 mil desconexões líquidas no trimestre.

### Pré-pago

Ao final do 2T16, a base de clientes do pré-pago chegou a 38.299 mil UGRs, uma queda anual de 5,9%, devido principalmente à política de desconexão de clientes inativos da base, com o objetivo de reduzir custos e rentabilizar o negócio. Na comparação sequencial, a queda foi de 1,0%, com 369 mil desconexões líquidas.

O impacto da desaceleração econômica é observado principalmente no segmento pré-pago, em que as recargas apresentaram queda de 6,8% em relação ao 2T15, visto à forte correlação com a taxa de desemprego do país que aumentou no último ano. Apesar da queda, a base de inseridores (clientes pré-pagos ativos que fazem recargas) já mostra sinais de melhora no mês de julho.

Em novembro de 2015, a Companhia lançou o Oi Livre, uma oferta para o pré-pago, com planos diário, semanal e mensal, e ampla franquia de dados. A oferta também conta com tarifa única para ligações para qualquer operadora em todo o Brasil [modelo *all-net*], aproveitando o movimento da queda das tarifas de VU-M e rompendo com o modelo em que consumidores adquirem *SIM cards* de diferentes operadoras para fazer chamadas *on-net*, devido aos altos valores cobrados nas chamadas *off-net*. Ao final do 2T16, o Oi Livre já correspondia a 39% da base total de clientes pré-pagos, com o aumento médio de 17,1% nas recargas de clientes que migraram para o plano Oi Livre por Semana. Esse desempenho confirma o acerto na estratégia da Oi de se antecipar ao movimento de consolidação de *chips* no mercado pré-pago.

### Pós-pago

No final do 2T16, a base de clientes do pós-pago representava 15,5% da base total de Mobilidade Pessoal, totalizando 7.020 mil UGRs (-0,2% vs. 2T15 e +1,9% vs. 1T16), com destaque para as adições líquidas de 129 mil UGRs no trimestre.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

O ARPU médio do pós-pago manteve trajetória de crescimento [+18,9% vs. 2T15], devido principalmente aos reajustes de preços realizados ainda no primeiro trimestre, influenciados pela inflação.

Em complemento ao novo portfólio de ofertas do segmento de Mobilidade Pessoal, no fim do ano de 2015, foram lançados os planos Oi Mais e o Oi Mais Controle nos segmentos pós-pago e controle, respectivamente, que oferecem maior franquia de dados sem restrições de uso, além de minutos e tarifa excedente única e reduzida para falar com qualquer operadora em todo o Brasil. No 2T16, os clientes pós-pagos que haviam aderido aos novos planos já representavam 20% da base total de clientes pós + controle [+7 p.p. em relação ao trimestre anterior]. O ARPU dos clientes Oi Mais ficou 33,3% maior que o dos clientes ligados a outros planos e o ARPU do Oi Mais Controle ficou 18,4% maior comparado a outros planos. Além disso, o pós-pago continua sendo impulsionado pelas vendas do Oi Total Conectado, oferta do Oi Total que combina serviço de telefonia fixa, banda larga fixa e móvel pós-pago.

### Cobertura 2G, 3G e 4G LTE

A Oi encerrou o trimestre com cobertura 2G em 3.402 municípios [93% da população urbana do país] e com cobertura 3G em 1.464 municípios [+23,5% em relação ao 2T15] ou 80% da população urbana brasileira.

O acesso 4G LTE cobre atualmente 133 municípios, que representam 51% da população urbana brasileira, um aumento de 15 p.p. em relação ao 2T15. A Oi trabalha em parceria com outras operadoras no compartilhamento de rede 3G/4G, em linha com a estratégia de otimização de investimentos e controle dos custos, aliada à melhoria na qualidade da experiência do cliente.

Os esforços da Oi voltados para a melhoria da qualidade da cobertura e aumento da capacidade de rede 3G e 4G vem permitindo o aumento contínuo do tráfego de dados na rede, em atendimento à crescente demanda por uso de dados, ao mesmo tempo em que a companhia se mantém apresentando melhoria dos indicadores de qualidade de rede da Anatel.

### ARPU Móvel

O ARPU móvel considera a receita total de serviços da móvel (Mobilidade Pessoal + B2B) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, inclui a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa [*intercompany*], mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC [concessão de voz fixa]. Este valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

No 2T16, o ARPU móvel foi de R\$ 15,6, apresentando uma redução de 4,3% em relação mesmo período do ano anterior e de 6,6% na comparação sequencial, devido ao corte nas tarifas de VU-M [ocorrida em fevereiro de 2016] e à queda no nível de recargas do pré-pago. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel apresentou crescimento de 5,8% em relação ao 2T15 como resultado do lançamento dos novos planos no final de 2015 e das ações de rentabilização da base.

## B2B

	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>B2B</b>								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	1.908	2.001	2.065	-4,6%	-7,6%	3.974	4.022	-1,2%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	7.078	7.778	7.115	-9,0%	-0,5%	7.078	7.778	-9,0%
Fixa	4.261	4.677	4.335	-8,9%	-1,7%	4.261	4.677	-8,9%
Banda larga	561	604	569	-7,0%	-1,4%	561	604	-7,0%
Móvel	2.256	2.497	2.211	-9,7%	2,0%	2.256	2.497	-9,7%

No 2T16, a receita líquida do segmento B2B totalizou R\$ 1.908 milhões, uma redução de 4,6% na comparação anual, impactado principalmente pelo menor tráfego de voz, como consequência da deterioração do cenário macroeconômico,



## RESULTADOS OPERACIONAIS

e pela redução das tarifas fixo-móvel [VC] e de interconexão [VU-M], assim como pela política de não subsídio de aparelhos para mobilidade. Na comparação com o trimestre anterior, a receita líquida do segmento registrou queda de 7,6% devido basicamente a maiores demandas por serviços pontuais e alguns acordos com operadoras ocorridos no 1T16.

A Oi registrou 7.078 mil UGRs no segmento B2B no 2T16, redução de 9,0% em relação ao 2T15 e de 0,5% em relação ao 1T16.

### **Corporativo**

Os serviços de dados, TI e SVAs oferecidos pela Companhia, como redes VPN, serviços em *Cloud*, *ICT*, *Datacenter*, *Home Office*, serviços gerenciados, soluções de segurança, M2M (*Machine-to-Machine*), entre outros, têm se mostrado cada vez mais representativos na receita do segmento Corporativo. Este crescimento de TI e outros serviços não tradicionais tem reduzido a dependência dos serviços de voz. Neste trimestre, as receitas não voz totalizaram 67% da receita total do segmento, representando um aumento de 3,9 p.p. em relação ao 2T15 e minimizando os impactos da queda dos serviços de voz. Adicionalmente, os serviços considerados não tradicionais, como TI e SVA, cresceram 29,7% na comparação com o mesmo período de 2015.

### **PMEs**

O segmento PMEs, apesar de mais impactado pelo cenário macroeconômico adverso, tem apresentado alguns resultados operacionais positivos em função da nova estratégia implementada no final de 2015, com a implantação de canais alternativos mais eficientes, captação de clientes de mais alto valor, simplificação do portfólio de ofertas e melhoria da experiência do cliente com foco na digitalização.

A Companhia lançou ao final de 2015 o Oi Mais Empresas, um novo portfólio de ofertas de telefonia móvel com dados 4G e de telefonia fixa por um valor fixo mensal (modelo *flat fee*), mais simples e capaz de proporcionar maior previsibilidade no fluxo de caixa das empresas. Com essa nova oferta, o segmento PMEs apresentou nos dois primeiros trimestres de 2016 um aumento nas vendas e nos ARPUs móvel e fixo dos novos clientes e uma redução das contestações de conta, demonstrando a boa aceitação pelo mercado PMEs ao novo portfólio Oi Mais Empresas.

A Companhia lançou ainda ao final do ano passado uma plataforma de atendimento totalmente digital, o app Oi Mais Empresas (gratuito), que funciona como um SAC digital e permite ao cliente realizar solicitações de serviços e compras diretamente pelo *smartphone*, além de fazer *upgrade* de planos, solicitar 2ª via de conta, mudanças de endereço, abrir reparos, entre outros, sem a necessidade de um contato telefônico. Mais de 137 mil pequenas e médias empresas já aderiram ao novo portfólio e estão se beneficiando do novo canal de atendimento da Oi, com 90% no nível de satisfação dos usuários e 87% das solicitações concluídas no prazo. Além disso, 65% desses clientes recomendam os serviços da Oi.

Além do aplicativo, o canal de atendimento ativo, onde a própria Companhia contata diretamente os clientes com algum problema, tem se mostrado muito importante para a redução de contestações futuras. Com isso, nota-se uma redução consistente do percentual total de contestações sobre receita desde o final do ano de 2015.



## RESULTADOS OPERACIONAIS

### Custos e Despesas Operacionais

Tabela 2 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Trl.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>								
<b>Brasil</b>	<b>4.878</b>	<b>4.739</b>	<b>4.853</b>	<b>2,9%</b>	<b>0,5%</b>	<b>9.731</b>	<b>9.651</b>	<b>0,8%</b>
Pessoal	721	596	657	21,0%	9,8%	1.378	1.188	16,0%
Interconexão	215	427	347	-49,7%	-38,2%	562	931	-39,6%
Serviços de terceiros	1.577	1.574	1.515	0,2%	4,1%	3.092	3.106	-0,5%
Serviço de manutenção da rede	506	490	478	3,3%	6,0%	984	942	4,5%
Custos de aparelhos e outros	51	36	62	43,3%	-17,7%	113	174	-34,9%
Publicidade e Propaganda	131	91	88	43,9%	49,5%	218	124	75,9%
Aluguéis e seguros	1.060	811	1.085	30,6%	-2,3%	2.144	1.687	27,1%
Provisões para contingências	290	269	205	7,7%	41,3%	494	492	0,5%
Provisão para devedores duvidosos	164	179	127	-8,4%	29,1%	290	324	-10,4%
Tributos e outras despesas [receitas]	164	266	290	-38,4%	-43,5%	454	683	-33,6%
<b>Outros</b>	<b>128</b>	<b>98</b>	<b>127</b>	<b>27,7%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>253</b>	<b>215</b>	<b>17,6%</b>
<b>OPEX de rotina</b>	<b>5.004</b>	<b>4.837</b>	<b>4.979</b>	<b>3,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>9.983</b>	<b>9.866</b>	<b>1,2%</b>

Os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, que incluem as operações internacionais, alcançaram R\$ 5.004 milhões no 2T16, +3,5% comparado ao 2T15 e +0,5% na comparação sequencial.

No trimestre, o Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 4.878 milhões, um aumento anual de 2,9% e de 0,5% em relação ao 1T16, isto é, apresentando um crescimento bem abaixo da inflação que registrou 8,9% nos últimos 12 meses (IPCA).

#### Pessoal

Os custos e despesas de pessoal das operações brasileiras somaram R\$ 721 milhões, crescimento de 21,0% em comparação ao 2T15 e de 9,8% em relação ao trimestre passado, devido basicamente ao dissídio ocorrido em dezembro de 2015 e à incorporação das operações da prestadora de serviços de rede no estado do Rio de Janeiro em outubro de 2015 e à aquisição das operações na Região Sul em abril e maio de 2016, com o objetivo de aumentar a eficiência da operação e a qualidade dos serviços. O aumento dos custos com absorção dessas operações adicionado ao dissídio mais que compensaram o efeito de redução do quadro de funcionários, ocorrida em maio de 2016.

#### Interconexão

Os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 215 milhões, uma redução anual e sequencial significativa, de 49,7% e 38,2%, respectivamente. A queda se deve principalmente aos cortes nas tarifas de interconexão.

#### Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros das operações brasileiras totalizaram R\$ 1.577 milhões no 2T16, em linha com o resultado apresentado no 2T15. O aumento sequencial de 4,1% se deve principalmente ao maior *mix* da base de TV, que geram maiores gastos com conteúdo. Na comparação anual, esses impactos foram compensados pela redução dos custos com serviço de *call center*.



## RESULTADOS OPERACIONAIS

### Serviços de Manutenção de Rede

Os custos e despesas com serviços de manutenção de rede no Brasil alcançaram R\$ 506 milhões, apresentando um aumento de 3,3% em relação ao 2T15 e de 6,0% na comparação sequencial. Esse crescimento é explicado pelo aumento inicial dos custos com a aquisição das operações da prestadora de serviços de rede da Região Sul ocorrida em abril e maio de 2016. Vale destacar que, conforme já mencionado, o movimento de aquisição e absorção de parte dos serviços de campo foi realizado com o objetivo de melhorar a experiência do cliente e a eficiência operacional, o que deve se refletir nos indicadores operacionais e financeiros em um segundo momento.

### Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Neste trimestre, os custos de aparelhos nas operações brasileiras somaram R\$ 51 milhões, aumento 43,3% em relação ao 2T15, devido ao impacto da campanha Oi Pontos Dia das Mães realizada apenas no ano de 2016. Na análise sequencial, houve queda de 17,7% devido aos maiores gastos com subsídios de aparelhos ocorridos no primeiro trimestre do ano em função do lançamento da nova marca e do novo portfólio de ofertas.

### Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda atingiram R\$ 131 milhões, 43,9% acima do registrado no 2T15 e 49,5% maior que o registrado no trimestre anterior, devido às maiores despesas com o lançamento da nova marca e a intensificação das campanhas publicitárias vinculadas às ofertas Oi Total, Oi Livre, Oi Mais e Oi Mais Empresas, como consequência da retomada comercial da Oi ao fim de 2015.

### Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras totalizaram R\$ 1.060 milhões no 2T16, crescimento de 30,6% em relação ao 2T15, que se deve a (i) valorização do dólar, afetando principalmente os custos de aluguel de cabos submarinos e de satélites; (ii) reajustes contratuais vinculados à inflação; (iii) aumento dos custos com aluguel de veículos (após absorção das operações de rede); e (iv) acerto com outras operadoras.

### Provisões para Contingências

As provisões para contingências nas operações brasileiras totalizaram R\$ 290 milhões no trimestre, aumento de 7,7% em relação ao 2T15, devido aos maiores gastos com contingência societária, fiscal e cível, compensado parcialmente pelo menor volume de processos junto ao Juizado Especial Cível (JEC). A variação sequencial de +41,3% foi resultado dos maiores gastos com contingências e com processos juntos ao JEC.

### Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No 2T16, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 164 milhões, uma queda de 8,4% em relação ao 2T15, em função da melhora no perfil de pagamento dos clientes, resultado do foco da Companhia na qualidade das vendas ao longo de 2015, principalmente no segmento B2B. As provisões para devedores duvidosos corresponderam a 2,6% da receita líquida das operações brasileiras no período (-0,1 p.p. na comparação anual e +0,6 p.p. na comparação com o 1T16).



## RESULTADOS OPERACIONAIS

### EBITDA

Tabela 3 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>OI S.A.</b>								
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>1.435</b>	<b>1.899</b>	<b>1.766</b>	<b>-24,4%</b>	<b>-18,7%</b>	<b>3.201</b>	<b>3.910</b>	<b>-18,1%</b>
Brasil	1.360	1.768	1.676	-23,1%	-18,9%	3.035	3.697	-17,9%
Outros	76	131	90	-41,9%	-15,4%	166	213	-22,4%
Margem EBITDA (%)	22,0%	28,0%	26,1%	-6,0 p.p.	-4,1 p.p.	24,1%	28,3%	-4,2 p.p.
Itens Não Rotina	-85	48	-10	n.m.	747,1%	-95	48	n.m.
<b>EBITDA de Rotina (R\$ milhões)</b>	<b>1.520</b>	<b>1.947</b>	<b>1.776</b>	<b>-21,9%</b>	<b>-14,4%</b>	<b>3.296</b>	<b>3.958</b>	<b>-16,7%</b>
Brasil	1.444	1.816	1.686	-20,5%	-14,3%	3.130	3.745	-16,4%
Outros	76	131	90	-41,9%	-15,4%	166	213	-22,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	23,3%	28,7%	26,3%	-5,4 p.p.	-3,0 p.p.	24,8%	28,6%	-3,8 p.p.
Brasil	22,8%	27,7%	25,8%	-4,9 p.p.	-2,9 p.p.	24,3%	28,0%	-3,6 p.p.
Outros	37,6%	57,0%	41,4%	-19,4 p.p.	-3,8 p.p.	39,6%	49,8%	-10,2 p.p.

No segundo trimestre de 2016, o EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.520 milhões, -21,9% versus 2T15 e -14,4% em comparação ao 1T16. No mesmo período, o EBITDA de rotina das operações brasileiras somou R\$ 1.444 milhões, queda de 20,5% versus 2T15 e de 14,3% versus 1T16. A margem EBITDA de rotina do Brasil ficou em 22,8%.

Os itens de Opex não rotina totalizaram R\$ 85 milhões no 2T16 e estão relacionados à rescisão trabalhista por conta da redução do quadro de funcionários ocorrida em maio de 2016.

O EBITDA de rotina das outras operações internacionais (África e Timor Leste) totalizou R\$ 76 milhões no trimestre, -41,9% em relação ao 2T15 e -15,4% na comparação com o 1T16, devido basicamente à variação cambial.

### Capex

Tabela 4 – Capex

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Investimentos</b>								
Brasil	1.215	1.041	1.204	16,7%	0,9%	2.419	2.025	19,4%
Outros	38	27	49	38,4%	-22,2%	86	68	26,7%
<b>Total</b>	<b>1.253</b>	<b>1.069</b>	<b>1.252</b>	<b>17,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.505</b>	<b>2.093</b>	<b>19,7%</b>

No trimestre, o Capex consolidado da Companhia totalizou R\$ 1.253 milhões [+17,3% na comparação anual e em linha com o registrado no trimestre anterior], e o Capex nas operações brasileiras foi de R\$ 1.215 milhões [+16,7% contra 2T15 e +0,9% versus 1T16].

Estes investimentos estão concentrados na modernização e ampliação da capacidade da rede, com foco: (i) nas ações estruturantes no *core* da rede móvel; (ii) nas iniciativas de modernização e otimização da rede de acesso, tanto fixa quanto móvel; (iii) nas iniciativas de incentivo ao uso das redes 3G e 4G; e (iv) na implementação dos projetos de infraestrutura, incluindo a expansão do *backbone* de rede óptica de transporte [OTN] de 100 Gbps, a modernização do *Core* da rede IP e a expansão de seu acesso por meio do projeto *Single Edge*.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

Todas estas ações combinadas têm proporcionado a melhoria na qualidade percebida pelos clientes da Oi e nos indicadores de qualidade da rede, além de permitirem lançar novas e melhores ofertas alinhadas às novas tendências de consumo dos clientes.

O total de investimentos destinados à rede foi de R\$ 1.054 milhões, correspondendo a 86,8% do total de investimentos das operações brasileiras.

### Fluxo de Caixa Operacional [EBITDA de rotina – Capex]

Tabela 5 - Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Oi S.A.</b>								
EBITDA de Rotina	1.520	1.947	1.776	-21,9%	-14,4%	3.296	3.958	-16,7%
Capex	1.253	1.069	1.252	17,3%	0,0%	2.505	2.093	19,7%
<b>Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA - Capex]</b>	<b>267</b>	<b>878</b>	<b>523</b>	<b>-69,6%</b>	<b>-48,9%</b>	<b>790</b>	<b>1.865</b>	<b>-57,6%</b>

Tabela 6 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Oi S.A.</b>								
EBITDA de Rotina	1.444	1.816	1.686	-20,5%	-14,3%	3.130	3.745	-16,4%
Capex	1.215	1.041	1.204	16,7%	0,9%	2.419	2.025	19,4%
<b>Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA - Capex]</b>	<b>229</b>	<b>775</b>	<b>482</b>	<b>-70,4%</b>	<b>-52,5%</b>	<b>711</b>	<b>1.719</b>	<b>-58,6%</b>

No 2T16, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina [EBITDA de rotina menos Capex] atingiu R\$ 267 milhões [-69,6% versus 2T15 e -48,9% versus 1T16], O EBITDA de rotina menos Capex das operações brasileiras totalizou R\$ 229 milhões no trimestre, queda de 70,4% comparado ao 2T15, resultado da redução do EBITDA e aumento dos investimentos. Na comparação trimestral, houve queda de 52,5%.

### Depreciação / Amortização

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 1.336 milhões no 2T16, um crescimento anual de 5,0% e uma queda de 2,7% na análise sequencial.

Tabela 7 - Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Depreciação e Amortização</b>								
<b>Total</b>	<b>1.336</b>	<b>1.272</b>	<b>1.373</b>	<b>5,0%</b>	<b>-2,7%</b>	<b>2.710</b>	<b>2.491</b>	<b>8,8%</b>



## RESULTADOS FINANCEIROS

### Resultados Financeiros

Tabela 8 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	1S16	1S15
<b>Oi S.A. Consolidado</b>					
Juros Líquidos [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-798	-876	-859	-1.657	-1.730
Resultado Cambial Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	2.299	-399	-730	1.569	-543
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-879	66	-314	-1.193	-206
<b>Resultado Financeiro Líquido Consolidado</b>	<b>622</b>	<b>-1.210</b>	<b>-1.903</b>	<b>-1.280</b>	<b>-2.479</b>

No 2T16, o resultado financeiro líquido da Oi S.A. registrou uma receita de R\$ 622 milhões versus uma despesa de R\$ 1.903 milhões no 1T16 e de R\$ 1.210 milhões no mesmo período do ano anterior.

O desempenho é explicado principalmente pelo item “Resultado Cambial Líquido”, decorrente (i) da desvalorização de 9,8% do Dólar e de 12,6% do Euro frente ao Real no 2T16, resultando em um impacto positivo de variação cambial sobre a dívida, e (ii) do aumento da exposição cambial ao longo do trimestre, devido à reversão do portfólio de derivativos da Companhia.

O item “Juros Líquidos” reduziu em R\$ 79 milhões em relação ao 1T16, como consequência de menores despesas com juros em IPCA e do impacto positivo em juros da valorização do Real, além de maiores receitas financeiras sobre as aplicações financeiras do caixa em moeda nacional.

O item “Outras Receitas / Despesas Financeiras” totalizou uma despesa de R\$ 879 milhões no trimestre, impactado pelo ajuste de *impairment* (sem efeito caixa) no montante de R\$ 889 milhões sobre o valor justo da participação da Oi S.A. nos investimentos não-controlados na África.



## RESULTADOS FINANCEIROS

### Lucro [Prejuízo] Líquido

Tabela 9 – Lucro [Prejuízo] Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	Δ Ano	Δ Tri.	1S16	1S15	Δ Ano
<b>Lucro Líquido</b>								
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	99	627	393	-84,2%	-74,8%	491	1.419	-65,4%
Resultado Financeiro	622	-1.210	-1.903	-151,5%	n.m.	-1.280	-2.479	-48,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.377	141	-134	n.m.	928,5%	-1.511	203	n.m.
<b>Lucro [Prejuízo] Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>-656</b>	<b>-442</b>	<b>-1.644</b>	<b>48,3%</b>	<b>-60,1%</b>	<b>-2.300</b>	<b>-856</b>	<b>168,6%</b>
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	1.113	0	n.m.	n.m.	0	1.080	n.m.
<b>Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado</b>	<b>-656</b>	<b>671</b>	<b>-1.644</b>	<b>n.m.</b>	<b>-60,1%</b>	<b>-2.300</b>	<b>224</b>	<b>n.m.</b>
-atribuído aos acionistas controladores	-493	620	-493	n.m.	0,0%	-2.161	219	n.m.
-atribuído aos acionistas não controladores	-163	51	24	n.m.	n.m.	-138	5	n.m.

O lucro operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) totalizou R\$ 99 milhões no 2T16, uma queda de 84,2% em relação ao 2T15 e de 74,8% em comparação ao 1T16, devido basicamente a um menor nível de EBITDA. Neste trimestre, a Oi registrou prejuízo líquido das operações continuadas de R\$ 656 milhões face ao prejuízo de R\$ 442 milhões no 2T15, devido ao menor patamar de EBITDA e ao aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social, explicado principalmente pela redução do IR/CS diferido (sem efeito caixa) sobre a variação cambial de operações financeiras, como resultado da desvalorização do Dólar e do Euro ocorrida no final do trimestre. A comparação do lucro consolidado está impactada pelo resultado das operações descontinuadas relativas a PT Portugal SGPS no 2T15.



## ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

### Endividamento & Liquidez

Tabela 10 – Dívida

R\$ Milhões	jun/16	jun/15	mar/16	% Dívida Bruta
<b>Endividamento</b>				
Curto Prazo	46.492	7.603	10.382	100,0%
Longo Prazo	0	43.677	38.989	0,0%
<b>Dívida Total</b>	<b>46.492</b>	<b>51.280</b>	<b>49.371</b>	<b>100,0%</b>
Em moeda nacional	12.625	17.061	12.750	27,2%
Em moeda estrangeira	33.986	37.146	38.889	73,1%
Swap	-119	-2.927	-2.268	-0,3%
(-) Caixa	-5.106	-16.636	-8.527	-11,0%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>41.386</b>	<b>34.644</b>	<b>40.844</b>	<b>89,0%</b>

No 2T16, a Oi S.A. apresentou uma dívida bruta consolidada de R\$ 46.492 milhões, queda de 5,8% em relação ao valor registrado no trimestre anterior. Essa variação é atribuída, principalmente, às amortizações de principal e juros da dívida realizadas no período, além do impacto positivo da valorização do Real frente ao Dólar (9,8%) e ao Euro (12,6%) sobre a parcela da dívida denominada em moeda estrangeira. Não houve novas captações de dívidas ao longo do trimestre.

Cabe ressaltar que, em 20 de junho de 2016, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia, em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance BV, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A., ajuizou pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único da Lei das SA. O pedido foi deferido pela justiça em 29 de junho de 2016 e a Companhia vem trabalhando no desenvolvimento do plano de recuperação judicial que será apresentado aos credores.

Para efeitos contábeis e de divulgação, o pedido de recuperação judicial ativa cláusulas contratuais de dívida que demandam que a parcela dos empréstimos e financiamentos exigíveis nos termos contratuais no longo prazo seja reclassificada para o passivo circulante no balanço patrimonial, o que foi feito em 30 de junho de 2016.

Somadas as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, a dívida líquida da Companhia encerrou o 2T16 em R\$ 41.386 milhões, um aumento de 1,3% frente ao registrado no 1T16. A redução do caixa no trimestre ocorreu pela amortização de dívidas e pagamento de juros, pagamento da última parcela da licença 3G e das rescisões trabalhistas, além do investimento em capital de giro e pagamento de depósitos judiciais.



## ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Tabela 11 – Variação da Dívida Líquida (operações brasileiras)

R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16
<b>Dívida Líquida Inicial</b>	<b>40.844</b>	<b>32.557</b>	<b>38.155</b>
(-) EBITDA de Rotina	1.444	1.816	1.686
(-) Receitas (Despesas) Não Recorrentes <sup>(1)</sup>	-85	-37	-10
(+) Capex <sup>(2)</sup>	1.215	1.041	1.204
(+) Depósitos Judiciais	408	237	266
(+) IR/CS	123	79	130
(+) Var. Capital de Giro <sup>(3)</sup>	568	463	293
(+) Taxas Anatel	650	879	750
(+) Resultado Financeiro	-946	1.167	1.746
(+) Impacto contábil MTM de derivativos	-144	0	-390
(+) Outros movimentos	28	0	365
<b>Dívida Líquida Final</b>	<b>41.386</b>	<b>34.644</b>	<b>40.844</b>

(1) Exclui as vendas de ativos.

(2) Capex econômico do período.

(3) Inclui diferença entre Capex econômico e desembolso de Capex.

Tabela 12 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões	
<b>Distribuição da Dívida Bruta</b>	<b>2T16</b>
Mercado de Cap. Inter.	30.289
Mercado de Cap. Nacional	4.134
Bancos de Desenvolvimento e ECAs	8.779
Bancos Comerciais	3.855
Hedge e Custo de Captação	-564
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>46.492</b>

# INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



## Oi S.A. Consolidado

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ Milhões	2T16	2T15	1T16	1S16	1S15
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.524</b>	<b>6.784</b>	<b>6.755</b>	<b>13.279</b>	<b>13.824</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>-5.089</b>	<b>-4.885</b>	<b>-4.989</b>	<b>-10.078</b>	<b>-9.913</b>
Pessoal	-745	-622	-685	-1.430	-1.239
Interconexão	-222	-451	-358	-580	-956
Serviços de terceiros	-1.622	-1.619	-1.551	-3.174	-3.173
Serviço de manutenção da rede	-516	-501	-489	-1.005	-961
Custo de aparelhos e outros	-60	-48	-74	-134	-197
Publicidade e propaganda	-138	-98	-93	-231	-137
Aluguéis e seguros	-1.071	-823	-1.097	-2.168	-1.709
Provisões para contingências	-290	-269	-205	-494	-492
Provisão para devedores duvidosos	-164	-182	-128	-292	-352
Tributos e outras receitas (despesas)	-176	-224	-301	-476	-651
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-85	-48	-10	-95	-48
<b>EBITDA</b>	<b>1.435</b>	<b>1.899</b>	<b>1.766</b>	<b>3.201</b>	<b>3.910</b>
Margem %	22,0%	28,0%	26,1%	24,1%	28,3%
Depreciações e Amortizações	-1.336	-1.272	-1.373	-2.710	-2.491
<b>EBIT</b>	<b>99</b>	<b>627</b>	<b>393</b>	<b>491</b>	<b>1.419</b>
Despesas Financeiras	187	-1.780	-2.181	-1.994	-3.356
Receitas Financeiras	435	570	278	713	877
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	<b>721</b>	<b>-583</b>	<b>-1.510</b>	<b>-789</b>	<b>-1.059</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.377	141	-134	-1.511	203
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>-656</b>	<b>-442</b>	<b>-1.644</b>	<b>-2.300</b>	<b>-856</b>
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	1.113	0	0	1.080
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado</b>	<b>-656</b>	<b>671</b>	<b>-1.644</b>	<b>-2.300</b>	<b>224</b>
Margem %	-10,0%	9,9%	-24,3%	-17,3%	1,6%
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos controladores	-493	620	-1.669	-2.161	219
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos não controladores	-163	51	24	-138	5
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	675.667	700.461	675.667	675.667	771.614
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	-0,7291	0,8849	-2,4696	-3,1986	0,2832

# INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



## Oi S.A. Consolidado

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2016	31/03/2016	30/06/2015
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>77.176</b>	<b>87.506</b>	<b>93.310</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>25.074</b>	<b>29.202</b>	<b>38.041</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.852	8.288	13.496
Aplicações Financeiras	213	109	3.022
Instrumentos Financeiros Derivativos	314	342	391
Contas a Receber	8.765	8.554	7.831
Estoques	385	363	447
Tributos Correntes e a Recuperar	879	307	577
Outros Tributos	1.131	978	957
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.202	1.175	1.231
Ativos Mantidos para Venda	5.822	7.220	8.449
Outros Ativos	1.510	1.867	1.642
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>52.102</b>	<b>58.303</b>	<b>55.269</b>
Realizável a Longo Prazo	22.961	29.470	26.139
.Tributos Diferidos e a Recuperar	7.794	9.296	8.530
.Outros Tributos	853	649	697
.Aplicações Financeiras	41	130	119
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.893	13.484	12.758
.Instrumentos Financeiros Derivativos	0	5.500	3.681
.Outros Ativos	380	411	355
Investimentos	140	154	143
Imobilizado	25.519	25.495	25.522
Intangível	3.482	3.185	3.465
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>77.176</b>	<b>87.506</b>	<b>93.310</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>57.259</b>	<b>21.840</b>	<b>18.261</b>
Fornecedores	5.111	5.202	4.036
Empréstimos e Financiamentos	46.611	8.072	6.956
Instrumentos Financeiros	195	2.651	1.037
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	682	645	520
Provisões	932	973	1.084
Provisões para Fundo de Pensão	125	165	23
Tributos a Recolher e Diferidos	277	188	259
Outros Tributos	1.585	1.516	1.435
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	40	57	113
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	520	597	1.043
Autorizações e Concessões a Pagar	62	975	822
Outras Contas a Pagar	1.118	799	932
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.662</b>	<b>53.015</b>	<b>56.583</b>
Empréstimos e Financiamentos	0	43.566	47.251
Instrumentos Financeiros	0	922	107
Outros Tributos	993	957	902
Provisões	3.773	3.543	4.025
Provisões para Fundo de Pensão	412	400	333
Autorizações e Concessões a Pagar	7	7	9
Outras Contas a Pagar	3.477	3.619	3.956
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11.255</b>	<b>12.651</b>	<b>18.466</b>
Participação de Acionistas Controladores	10.433	11.518	17.006
Participação de Acionistas Não Controladores	823	1.133	1.460

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



### Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório Trimestral em formato Excel estarão disponíveis no website da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório Trimestral também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: [http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320)

# INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



## PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### Pedido de Recuperação Judicial

No dia 20 de junho de 2016, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) - informou a seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance BV, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. (“Empresas Oi”), pedido de recuperação judicial das Empresas Oi perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do art. 122, parágrafo único da Lei das S.A., em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e nos órgãos societários competentes das demais Empresas Oi, em reuniões realizadas nesta data.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226697](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226697)

### Deferimento pelo Tribunal de Falências no Distrito Sul de Nova York ao pedido de tutela provisória

No dia 22 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York deferiu o pedido de tutela provisória requerida pela Oi, Telemar Norte Leste S.A., Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Oi Móvel S.A. nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016 nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226805](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226805)

### Recuperação judicial reconhecida como procedimento principal estrangeiro na Inglaterra e País de Gales

No dia 23 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que nesta data, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Companhia, Telemar Norte Leste S.A. e Oi Móvel S.A. o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/05 e da Lei de Sociedades Anônimas Brasileira, como sendo um procedimento principal estrangeiro segundo Legislação Modelo da UNCITRAL sobre Insolvência Transfronteiriça (conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 [S.I. 2006 N° 1030]).

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226849](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226849)

### Pedido de insolvência contra a Oi Brasil Holdings Cooperatif UA

No dia 27 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que esta data, Syzigy Capital Management Ltd. protocolou na Justiça da Holanda um pedido de insolvência (*involuntary bankruptcy*) contra a Oi Brasil Holdings Cooperatif UA (“Oi Brasil Holdings”), um dos veículos financeiros da Oi na Holanda, com base em descumprimento, pela Oi Brasil Holdings, relacionado aos *bonds* emitidos pela Oi Brasil Holdings no valor principal total de oitocentos mil dólares. Tal medida agressiva por parte de um titular minoritário de *bonds* não foi inesperada, e a Oi está preparada para tomar todas as medidas cabíveis, inclusive na Holanda, para se proteger contra tais ações e não espera que haja impactos sobre o processo de recuperação judicial em curso no Brasil.

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 22/06/2016, a Oi e determinadas subsidiárias (“Empresas Oi”), inclusive a Oi Brasil Holdings, obtiveram junto à Justiça brasileira, responsável pela supervisão do processo de recuperação judicial, por meio de liminar, proteção contra execuções em seu pedido de recuperação judicial. Além disso, cortes do Reino Unido e dos Estados Unidos também concederam reconhecimento e tutela provisória protegendo certas Empresas Oi de ações de credores em tais jurisdições.

Não obstante esta recente ação tomada na Holanda, a Oi pretende continuar a ingressar em discussões construtivas de uma reorganização com a maioria dos seus credores no contexto do processo de recuperação judicial das Empresas Oi

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



no Brasil. A Oi pretende empreender todos os esforços apropriados para buscar assegurar a proteção dos interesses das Empresas Oi e de todos os seus *stakeholders*.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227258](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227258)

### Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial

No dia 30 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart 4 Participações S.A, Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance BV e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A..

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227622](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227622)

### Recuperação judicial reconhecida como procedimento principal estrangeiro nos Estados Unidos

No dia 21 de julho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuação ao Comunicado ao Mercado datado de 22 de junho de 2016, foi realizada nesta data audiência perante o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York para apreciar os pedidos apresentados pela Companhia, Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial e Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Devedores") nos termos do Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos. Os Devedores haviam pedido o reconhecimento do seu processo conjunto de recuperação judicial atualmente em curso perante a 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro como um "procedimento principal estrangeiro", conforme definido na Lei 11 U.S.C., Seção 1502(4) do Código Federal dos Estados Unidos, com relação a cada um dos Devedores.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228265](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228265)

### Ratificação do Pedido de Recuperação Judicial

No dia 22 de julho de 2016, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 20 e 30 de junho de 2016, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado, que os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, ratificaram o pedido de recuperação judicial da Companhia, promovido em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial, Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom International Finance BV - Em Recuperação Judicial, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial (em conjunto com a Companhia, "Empresas Oi"), em medida de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes das demais Empresas Oi, em 20 de junho de 2016.

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228287](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228287)

### Nomeação de Administrador Judicial

Em 25 de Julho, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 22 de julho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, onde tramita a ação de recuperação judicial da Companhia, nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



para exercerem a função de administrador judicial da Companhia, da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom International Finance BV - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief UA - Em Recuperação Judicial.

A íntegra da decisão judicial pela qual o Juízo realizou a referida nomeação encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia, em seu website ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), bem como no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), além do website da BM&FBovespa ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)). Cópia da referida decisão judicial também será enviada, assim que possível, traduzida para o inglês, à US Securities and Exchange Commission conforme o Form 6-K.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228295](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228295)

### OUTROS ASSUNTOS

#### *Suspension of payments - Oi Brasil Holdings Coöperatief UA - Under Judicial Reorganization*

No dia 9 de agosto de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Corte de Amsterdã concedeu, a pedido da Oi Brasil Holdings Coöperatief UA - Under Judicial Reorganization ("Oi Brasil Holdings"), um dos veículos financeiros da Oi na Holanda, procedimento de *suspension of payments* (suspensão de pagamentos), iniciado para compatibilizar naquela jurisdição o procedimento de recuperação judicial das Empresas Oi no Brasil. Dentre outras matérias, houve a nomeação de um administrador judicial para o procedimento de *suspension of payments* da Oi Brasil Holdings na Holanda.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=229075](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=229075)

#### **Carta de Acionistas acerca de Requerimento de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

No dia 15 de julho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 14 de julho de 2016, o acionista Société Mondiale Fundo de Investimento em A oes, que requereu, em 7 de julho de 2016, a convoc o de uma Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, na forma do art. 123, parágrafo único,  linea c da Lei das S.A. e conforme divulgado em Fato Relevante naquela mesma data, encaminhou ao Conselho de Administra o da Companhia correspondência com o seguinte teor:

"SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM A OES, inscrito no CNPJ/MF sob o n  20.588.268/0001-01, neste ato representado por sua gestora Bridge Administradora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n  11.010.778/0001-42 ("Acionista"), vem a V.Sa. informar que concede prazo adicional   companhia até 22 de julho de 2016 para convoc o da Assembleia Geral Extraordinária, tal como requerida em 7 de julho de 2016. O Acionista, no entanto, se reserva o direito de convocar a referida Assembleia diretamente como lhe faculta a lei (LSA, art. 123,   único,  linea "c")."

No dia 1 de agosto de 2016, em cumprimento ao art. 157,  4  da Lei n  6.404/76 ("Lei das S.A."), a Oi comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, às 18:57hs do dia 29 de julho de 2016, o acionista Société Mondiale Fundo de Investimento em A oes, representado por sua gestora Bridge Administradora de Recursos Ltda., titular de participa o de 6,32% do capital social da Companhia, enviou e-mail requerendo ao Conselho de Administra o, com base no art. 123, parágrafo único,  linea c, da Lei das S.A., nova convoc o de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no prazo de até 8 dias.

No dia 3 de agosto de 2016, a Oi comunicou que o Conselho de Administra o da Companhia reuniu-se na mesma data para apreciar o novo requerimento de convoc o de assembleia geral extraordinária enviado por Société Mondiale Fundo de Investimento em A oes.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



No dia 10 de agosto de 2016, a Oi comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, tendo em vista os questionamentos recebidos pela Companhia com relação às publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, a realizarem-se no dia 08/09/2016, promovidas pela acionista Soci t e Mondiale Fundo de Investimento em A oes, com fundamento no art. 123, parágrafo único, "c" da Lei n  6.404/76, que a possibilidade de convoc o de assembleia para deliberar matérias que resultem na eventual troca de membros da administra o encontra-se sujeita a prévia autoriza o judicial, de acordo com as decisões proferidas pelo Juízo da 7  Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro dos dias 14/07/2016, 26/07/2016, 28/07/2016 e 03/08/2016, e em linha com o divulgado em Comunicados ao Mercado de 22/07/2016 e 03/08/2016.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228066](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228066)

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228523](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228523)

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228943](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228943)

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=229079](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=229079)

### **Manifesta o da SEP em resposta a consulta sobre registro de Mais Valia**

No dia 1 de agosto de 2016, em cumprimento ao art. 157,  4  da Lei n  6.404/76 ("Lei das S.A."), a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 29 de julho de 2016, recebeu ofício da Superintendência de Rela es com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários ("SEP"), contendo a manifesta o da SEP a respeito de consulta formulada pela Companhia acerca do tratamento contábil mais apropriado   'mais valia' de ativos registrada na Telemar Participa es S.A. ["TmarPart"], em virtude da resili o dos acordos de acionistas da TmarPart e da reorganiza o societária, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/09/2015, na qual a TmarPart foi incorporada pela Oi.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228521](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=228521)

### **Revisão do Rating de Crédito da Oi**

No dia 17 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Fitch anunciou a revisão do rating de crédito atribuído   Companhia, diminuindo o rating de longo prazo nas escalas global e nacional de CCC para C.

No dia 21 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Fitch anunciou a revisão do rating de crédito atribuído   Companhia, diminuindo o rating de longo prazo nas escalas global e nacional de C para D.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226651](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226651)

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226745](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226745)

No dia 21 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Standard & Poor's anunciou a revisão do rating de crédito atribuído   Companhia, diminuindo o rating de longo prazo na escala global de CCC- para D e na escala nacional de brCCC- para D.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226750](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226750)

No dia 21 de junho de 2016, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Moody's anunciou a revisão do rating de crédito atribuído   Companhia, diminuindo o rating de longo prazo na escala global de Caa1 para C.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226751](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226751)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



### **Oi anuncia informações relevantes a acordo para as negociações de reestruturação com grupo AD HOC constituído por detentores de certos notes emitidos ou garantidos pela Oi**

No dia 17 de junho de 2016, a Companhia anunciou que foi envolvida em negociações com membros de um grupo ad hoc ("Grupo Ad Hoc") constituído de detentores de, ou administradores de entidades detentoras de participação econômica em (i) 9,750% das Notes com vencimento em 2016 emitidas pela Oi S.A., (ii) 5,125% das Notes com vencimento em 2017 emitidas pela Oi S.A. e garantidas pela Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), (iii) 9,500% das Notes com vencimento em 2019 emitidas pela Oi S.A. e garantidas pela Telemar, (iv) 5,500% das Notes com vencimento em 2020 emitidas pela Oi S.A. e garantidas pela Telemar, (v) 5,625% das Notes com vencimento em 2021 emitidas pela Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. ("Oi Netherlands") e garantidas pela Oi S.A., (vi) 5,750% das Notes com vencimento em 2022 emitidas pela Oi Netherlands e garantidas pela Oi S.A., (vii) 6,250% das Notes com vencimento em 2016 emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. ("PTIF") e garantidas pela Oi S.A., (viii) 4,375% das Notes com vencimento em 2017 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A., (ix) 5,875% das Notes com vencimento em 2018 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A., (x) the 5,000% das Notes com vencimento em 2019 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A., (xi) 4,625% das Notes com vencimento em 2020 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A., (xii) 4,500% das Notes com vencimento em 2025 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A., e (xiii) 5,242% das Notes com vencimento em 2017 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi S.A. (em conjunto, "Notes," e tais titulares das Notes, em conjunto com os administradores das entidades detentoras de participação econômica nas Notes, "Titulares de Notes").

Anteriormente a esta data, a Companhia firmou um acordo de confidencialidade ("Acordo de Confidencialidade") com certos membros do Grupo Ad Hoc para atuar como um comitê ("Comitê") para facilitar as discussões a respeito da estrutura de capital da Companhia e potenciais alternativas para uma proposta de reestruturação da Companhia.

Nos termos do Acordo de Confidencialidade, a Companhia acordou em tornar público, após o fim de um período previsto no Acordo de Confidencialidade, certas informações a respeito de discussões e/ou negociações havidas entre a Companhia e o Comitê com relação à reestruturação da Companhia, bem como toda informação material não pública relativa à Companhia, que a Companhia disponibilizou ao Comitê ("Informações Confidenciais"). As informações incluídas neste Fato Relevante e certos documentos disponíveis no website da Companhia aqui referidos estão sendo divulgados para cumprir com as obrigações de divulgação pública da Companhia, assumidas nos termos do Acordo de Confidencialidade. O Acordo de Confidencialidade foi extinto de acordo com seus termos, exceto se de outra forma ali previsto.

Ademais, o conteúdo dos Documentos, na Declaração sobre os Recebíveis, do Term Sheet da Companhia e do Term Sheet dos Titulares de Notes não deve ser interpretado como orientação (guidance) da Companhia com relação a seus resultados futuros e a Companhia não assume qualquer responsabilidade na atualização tal conteúdo ou das informações a qualquer tempo.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226618](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226618)

### **Extinção do procedimento arbitral iniciado contra a Africatel KG**

No dia 16 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na nesta data, suas subsidiárias integrais PT Participações, SGPS, S.A. e Africatel GmbH & Co. KG e sua controlada Africatel Holdings B.V., em que a Companhia possui participação de 75%, celebraram uma série de contratos com a Samba Luxco S.à r. l., uma afiliada da Helios Investors LP e detentora dos restantes 25% da Africatel BV, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral iniciado contra a Africatel KG em novembro de 2014.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226608](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226608)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



### Renúncia de Conselheiros

No dia 13 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Sra. Robin Bienenstock apresentou sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração. Com sua renúncia, o Sr. Marcos Grodetzky, anteriormente suplente da Sra. Robin Bienenstock, passou a conselheiro titular.

No dia 4 de julho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Sr. Marten Pieters apresentou sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração. Com sua renúncia, o Sr. Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão, anteriormente suplente do Sr. Marten Pieters, passou a conselheiro titular.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226491](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226491)

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227749](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=227749)

### Renúncia do Diretor Presidente

No dia 10 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Sr. Bayard De Paoli Gontijo apresentou nesta data sua renúncia ao cargo de Diretor Presidente da Companhia.

O Conselho de Administração, nesta data, elegeu, em substituição ao Sr. Bayard De Paoli Gontijo, o Sr. Marco Norci Schroeder como Diretor Presidente da Oi.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226487](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226487)

### Relatório Anual de Sustentabilidade Oi 2015

No dia 3 de junho de 2016, a Companhia divulgou o Relatório Anual de Sustentabilidade 2015, elaborado pelo quinto ano com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Comprometida com o desenvolvimento do relato, a Oi manteve a versão G4 da GRI e este ano realizou uma consulta junto aos seus *stakeholders*, aprimorando seu processo de materialidade e focando seu relato nos temas mais relevantes para suas partes interessadas. A análise desses temas serviu de base para a seleção dos indicadores apresentados no relatório.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226323](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=226323)

### Aprovação de termo de Ajustamento de Conduta pela ANATEL

No dia 20 de maio de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho Diretor da ANATEL aprovou o acordo do primeiro Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") com a Companhia referente aos temas de qualidade e universalização dos serviços, no valor de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, que serão revertidos em investimentos em infraestrutura ao longo de quatro anos.

A iniciativa proporcionará benefícios para a sociedade por meio de investimentos em serviços de telecomunicações adequados às demandas atuais dos usuários, estabelecendo assim um ciclo virtuoso para promover melhorias da qualidade nos serviços e o desenvolvimento econômico e social do país.

Este TAC está sujeito à avaliação do Tribunal de Contas da União para ser efetivado.

[http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=225921](http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=225921)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



**INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12:** Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação <sup>1</sup>
Ordinárias	668.033.661	148.282.000	519.746.701
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.459
<b>Total</b>	<b>825.760.902</b>	<b>150.093.755</b>	<b>675.662.160</b>

Posição acionária em 30/06/2016.

Obs: (1) As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

## DISCLAIMER



Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2016 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

---

### Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	+55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Cristiano Grangeiro	+55 (21) 3131-1629	cristiano.grangeiro@oi.net.br

## **Oi S.A. – Em recuperação judicial e sociedades controladas**

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – em recuperação judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – em recuperação judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – em recuperação judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a implementar até final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura dos novos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia mediante subscrição pública de ações, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal S.A. (“Altice”), envolvendo substancialmente as operações em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias que antes integravam PT Portugal:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detentora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);
- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. – em recuperação judicial (“PTIF”), CVTEL B.V. (“CVTEL”) e Carrigans Finance S.à.r.l. (“Carrigans”).

## Notas Explicativas

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefônicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 10 de agosto de 2016, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

### Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajuizou, em caráter de urgência, em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – em recuperação judicial (“Copart 4”), Copart 5 Participações S.A. – em recuperação judicial (“Copart 5”), PTIF e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – em recuperação judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, “Empresas Oi”) pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e nos órgãos societários competentes.

Conforme previamente anunciado, a Companhia vinha empreendendo esforços e estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. A Companhia, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios em processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, julgou que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, de forma a proteger de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O pedido de recuperação foi ajuizado em razão dos obstáculos enfrentados pelas Empresas Oi para encontrar uma alternativa viável junto aos seus credores que lhes possibilitasse atingir os objetivos mencionados acima, e para viabilizar a proteção adequada das Empresas Oi contra credores, preservando a continuidade das atividades empresariais. O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi listados nos documentos protocolados com o pedido de recuperação judicial soma, aproximadamente R\$ 65,4 bilhões que consideram valores relativos a dívidas financeiras e passivos contingentes.

## Notas Explicativas

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado, em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuarão sendo desempenhadas prontamente. Toda a força de trabalho da Oi manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam a promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York (“Corte de Falências dos Estados Unidos”) deferiu o pedido de tutela provisória requerida pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como “Devedoras”) nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016 nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela prevenia os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos e impedia a rescisão de contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Em 21 de julho de 2016, foi realizada a audiência para a Corte de Falência dos Estados Unidos avaliar os pedidos das Devedoras, sendo que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada e a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão oral reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão é aplicável automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Companhia, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005, como sendo um procedimento principal estrangeiro segundo Legislação Modelo da UNCITRAL – “*United Nations Commission on International Trade Law*” sobre Insolvência Transfronteiriça (conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030)) (“Ordens de Reconhecimento”).

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Companhia, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi, determinando, entre outras medidas, especialmente:

- a) a intimação da ANATEL para apresentar, no prazo de 5 dias, até 5 nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliados para nomeação como administrador judicial;

## Notas Explicativas

- b) a ratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no sentido de dispensar as Empresas Oi da apresentação de certidões negativas para que exerçam suas atividades;
- c) a rerratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no tocante à suspensão de todas as ações e execuções por 180 dias úteis;
- d) a suspensão da eficácia de cláusulas inseridas em contratos firmados pelas Empresas Oi que acarretem a extinção de tais contratos em razão do pedido de recuperação judicial;
- e) a permissão para que as Empresas Oi participem de processos licitatórios de todas as espécies;
- f) que as Empresas Oi acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto na Lei nº 11.101/2005;
- g) a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, em face das Empresas Oi, pelo prazo de 180 dias úteis;
- h) a apresentação por parte das Empresas Oi das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;
- i) que sejam oficiadas todas as Presidências e Corregedorias Gerais de Justiça do Brasil (Tribunais Superiores, Estaduais e Federais), e Corregedorias dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, informando a suspensão das ações nos termos explicitados na decisão e solicitando a expedição de aviso às respectivas serventias judiciais subordinadas, no sentido de que: I) a habilitação dos créditos sujeitos à recuperação judicial deverá ser formalizada nos termos da Lei nº 11.101/2005, e não se processará de ofício, mas sim, mediante requerimento formal do próprio credor, instruído da devida certidão de crédito, e II) as ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da Lei nº 11.101/2005, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução; e os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, cabendo ao juízo da recuperação judicial a análise do caso concreto; e
- j) que os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do comitê de credores ou substituição de seus membros, observado o disposto na Lei nº 11.101/2005.

O Juízo também determinou que as Empresas Oi apresentem o plano de recuperação no prazo de 60 dias úteis - A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi, particularmente com relação à forma de contagem dos prazos processuais em dias úteis, ainda está sujeita a recurso e poderá ser modificada, exemplificativamente, para que seja contado em dias corridos o prazo para apresentação do plano de recuperação judicial pelas Empresas Oi - , o qual deverá observar os requisitos da Lei nº 11.101/2005.

## Notas Explicativas

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial formulado pela administração da Companhia em caráter de urgência foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

Ainda em 22 de julho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercerem a função de administrador judicial das Empresas Oi.

### Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, com base na avaliação da administração de (i) fechamento de um acordo com a maioria dos credores do Grupo Oi no processo de recuperação judicial e (ii) a aprovação de um plano de recuperação judicial pela maioria dos credores e a confirmação desse plano pelo Tribunal.

A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações do Grupo Oi. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem nenhum motivo para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores do Grupo Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo Oi poderá manter suas atividades e que seus contratos permanecerão vigentes durante a recuperação judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Essas condições e circunstâncias indicam que a existência de incerteza significativa que poderá suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a períodos apresentados nessas Informações Trimestrais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

### (a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2016 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram preparadas de

## Notas Explicativas

acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

Os ativos e passivos relacionados as operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda.

### Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

### Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015
Euro	3,5414	4,2504	4,1289	3,3112
Dólar Norte Americano	3,2098	3,9048	3,7017	2,9709
Escudo de Cabo Verde	0,0325	0,0390	0,0378	0,0306
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000150	0,000174	0,000172	0,000139
Xelim Queniano	0,0318	0,0382	0,0365	0,0317
Dólar da Namíbia	0,2171	0,2510	0,2403	0,2491
Metical de Moçambique	0,0507	0,0832	0,0715	0,0831

### (b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

## 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

### 3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

## Notas Explicativas

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

## Notas Explicativas

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.233	152.233	355.705	355.705
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.810.182	2.810.182	4.496.648	4.496.648
Aplicações financeiras	Valor justo	59.842	59.842	253.802	253.802
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	171.998	171.998	313.808	313.808
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.444.651	3.444.651		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.852.962	1.852.962	8.765.453	8.765.453
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	869.165	869.165		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 6)	Valor justo	2.174.998	2.174.998	2.174.998	2.174.998
Dividendos a receber (Nota 6)	Custo amortizado	1.976.162	1.976.162	1.976.162	1.976.162
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.379.537	1.379.537	5.111.389	5.111.389
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.016.821	2.016.821	12.419.582	12.419.582
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	19.104.731	19.531.261		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.076.412	4.076.412	4.128.008	4.128.008
“Senior Notes”	Custo amortizado	9.308.729	1.626.658	30.063.140	5.231.092
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	192.810	192.810	194.948	194.948
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	28.070	28.070	39.965	39.965
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	15.079	15.079	69.744	69.744
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	456.520	456.520	771.729	771.729
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	405.018	405.018	405.018	405.018

## Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	177.573	177.573	1.111.840	1.111.840
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.341.011	1.341.011	13.786.223	13.786.223
Aplicações financeiras	Valor justo	38.733	38.733	1.927.686	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	5.393.673	5.393.673	7.386.703	7.386.703
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.353.617	3.353.617		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.428.751	2.428.751	8.379.719	8.379.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 6)	Valor justo	3.541.314	3.541.314	3.541.314	3.541.314
Dividendos a receber (Nota 6)	Custo amortizado	2.042.191	2.042.191	2.042.191	2.042.191
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.388.520	1.388.520	5.004.833	5.004.833
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	4.936.551	4.936.551	17.049.280	17.049.280
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	13.035.521	13.063.594		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.088.002	4.078.516	4.138.025	4.128.539
“Senior Notes”	Custo amortizado	11.163.801	6.468.489	38.670.111	22.159.838
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.411.838	2.411.838	2.510.343	2.510.343
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	65.663	65.663	96.433	96.433
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	479.655	479.655	795.088	795.088
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	382.230	382.230	382.230	382.230

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e agências de crédito à exportação, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

## Notas Explicativas

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de junho de 2016 e 31 de Dezembro, 2015, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	152.233	177.573	355.705	1.111.840
Equivalentes de caixa	Nível 2	2.810.182	1.341.011	4.496.648	13.786.223
Aplicações financeiras	Nível 2	59.842	38.733	253.802	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	171.998	5.393.673	313.808	7.386.703
Ativos mantidos para venda	Nível 3	2.174.998	3.541.314	2.174.998	3.541.314
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	192.810	2.411.838	194.948	2.510.343

Não ocorreram transferências entre níveis entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

### (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

### (b) Ativos mantidos para venda

Refere-se, ao valor justo do investimento financeiro na Unitel, classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios (Nota 6).

## Notas Explicativas

### (c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento de decisão do conselho da Companhia, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2016, tais instrumentos financeiros incluem o uso de contratos “*cross currency swap*”. A posição de instrumentos financeiros em 30 de junho de 2016, de acordo com a deliberação do Conselho de Administração, reflete uma redução substancial da carteira de derivativos da companhia quando comparado aos trimestres anteriores. A Companhia não utiliza derivativos para outros fins.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2016.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para gerenciar a exposição cambial estão resumidos a seguir:

	Vencimento (anos)	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”			
		Valor justo			
		Valores a (pagar)/ a receber			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ”	5,6 – 7,7	83.882	4.106.304	220.682	5.604.425

	Vencimento (anos)	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”			
		Valor justo			
		Valores a (pagar)/ a receber			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ”	3,6 – 4,7			2.872	3.502
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	< 1 ano		(533.892)		(584.159)
Contratos de Opção	3,1 - 4,6		1.285		1.285

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para gerenciar a exposição à taxa de juros estão resumidos a seguir:

	Vencimento (anos)	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”			
		Valor justo			
		Valores a (pagar)/ a receber			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contratos de “ <i>swap</i> ” Pré/DI	4,5		(146.121)		(146.121)

	Vencimento (anos)	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”			
		Valor justo			
		Valores a (pagar)/ a receber			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contratos de “ <i>swap</i> ” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,2 - 5,8		(445.741)		(448.312)
Contratos de “ <i>swap</i> ” US\$ Pré/US\$ LIBOR	5,8				445.740

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, foram registrados em resultados financeiros as operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ganho (perda) com “swap” cambial	(1.479.101)	(525.185)	(1.826.511)	(681.481)
Operações de termo em moedas	(2.832)	(133.043)	(3.410)	(148.335)
Opções	(35.171)	(8.467)	(35.171)	(8.467)
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	622.620	95.010	(30.794)	(3.061)
<b>Total</b>	<b>(894.484)</b>	<b>(571.685)</b>	<b>(1.895.886)</b>	<b>(841.344)</b>

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ganho (perda) com “swap” cambial	(3.297.802)	1.122.823	(4.119.804)	1.496.928
Operações de termo em moedas	(784.769)	216.522	(937.034)	264.304
Opções	14.215	(8.467)	14.215	(8.467)
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	342.802	(72.375)	(36.454)	(30.714)
<b>Total</b>	<b>(3.725.554)</b>	<b>1.258.503</b>	<b>(5.079.077)</b>	<b>1.722.051</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais e “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes						
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	“Hedge” cambial	“Hedge” de taxa de juros	Total	“Hedge” cambial	“Hedge” de taxa de juros	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(294.946)</b>	<b>(108.059)</b>	<b>(403.005)</b>	<b>(294.946)</b>	<b>(108.059)</b>	<b>(403.005)</b>
Resultado dos “hedges” designados	258.082	142.634	400.716	328.144	142.634	470.778
Transferência da porção inefetiva ao resultado	1.286	(597)	689	8.658	(597)	8.061
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	27.499	21.689	49.188	33.844	21.689	55.533
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(97.535)	(55.667)	(153.202)	(126.020)	(55.667)	(181.687)
“Hedge” reflexo de controlada	55.294		55.294			
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>(50.320)</b>		<b>(50.320)</b>	<b>(50.320)</b>		<b>(50.320)</b>

### 3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “Hedge” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

## Notas Explicativas

Para o devido gerenciamento de riscos, a Companhia poderá contratar ou reverter instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A contratação de tais instrumentos depende dentre outros fatores da disponibilidade de limite de crédito junto aos bancos. De acordo com a Política de “*Hedge*”, a Companhia e suas controladas só podem utilizar derivativos para fins de “*hedge*”.

Ao final do trimestre e de acordo com a deliberação do Conselho de Administração, o portfólio de derivativos da Companhia havia sofrido redução significativa quando comparado com trimestres anteriores.

### 3.2.1. Risco de mercado

#### (a) Risco de taxa de câmbio

##### Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de junho de 2016, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 73,1% (31/12/2015 – 78,5%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 6,5% (31/12/2015 – 99,5%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial e aplicações em moeda estrangeira. Os recursos de caixa mantidos em Euros e em Dólares funcionam como um “*hedge*” natural às dívidas denominadas em moeda estrangeira.

Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	8.891.710	2.158.478	13.530.721	9.138.347
Instrumentos financeiros derivativos	192.810	192.810	1.819.976	1.819.976

	CONSOLIDADO			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	33.985.912	10.102.702	46.935.152	30.727.817
Instrumentos financeiros derivativos	194.948	194.948	1.915.910	1.915.910

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa desta magnitude, dado que o passivo oneroso atrelado a este fator de risco será objeto de renegociação no âmbito do plano de recuperação judicial.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2016. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2016	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,2098	0%
Euro	3,5414	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,0123	25%
Euro	4,4268	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	4,8147	50%
Euro	5,3121	50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		30/06/2016					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.993.187	8.741.483	10.489.780	16.120.721	20.150.901	24.181.082
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.524.730)	(1.905.912)	(2.287.095)	(1.920.026)	(2.400.033)	(2.880.039)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(29.073)	(36.341)	(43.609)	(84.684)	(105.855)	(127.025)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.112.532	2.640.665	3.168.798	18.261.353	22.826.692	27.392.030
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(167.980)	(209.975)	(251.970)	(167.980)	(209.975)	(251.970)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(35.018)	(43.772)	(52.527)	(67.960)	(84.950)	(101.940)
<b>Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio</b>		<b>7.348.918</b>	<b>9.186.148</b>	<b>11.023.377</b>	<b>32.141.424</b>	<b>40.176.780</b>	<b>48.212.138</b>
<b>Total (ganho) perda</b>			<b>1.837.230</b>	<b>3.674.459</b>		<b>8.035.356</b>	<b>16.070.714</b>

## Notas Explicativas

### (b) Risco de taxa de juros

#### Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

#### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares.

Em 30 de junho de 2016, aproximadamente 33,4% (31/12/2015 – 33,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 35,9 % (31/12/2015 – 59,6%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.788.302	2.788.302	1.335.559	1.335.559
Aplicações financeiras	52.898	52.898	35.066	35.066
Créditos com partes relacionadas	3.444.651	3.444.651	3.353.617	3.353.617
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	24.521.368	23.572.530	21.397.323	21.387.837
Instrumentos financeiros derivativos			591.862	591.862

	CONSOLIDADO			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	4.430.195	4.430.195	3.232.771	3.232.771
Aplicações financeiras	236.414	236.414	162.145	162.145
Instrumentos financeiros derivativos			445.740	445.740
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	13.913.312	12.964.474	18.307.705	18.298.218
Instrumentos financeiros derivativos			594.433	594.433

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2016, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. A partir de 1 de janeiro até 30 de junho de 2016 foi elevada para 7,5% a.a.

30/06/2016								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
14,13%	7,50%	0,92415%	17,65%	9,38%	1,15519%	21,20%	11,25%	1,38623%

Em 30 de junho de 2016, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

## Notas Explicativas

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

		30/06/2016					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.193.926	1.439.871	1.712.313	1.552.517	1.867.753	2.212.450
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	1.054.279	1.300.840	1.506.534	1.129.318	1.392.473	1.611.423
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.665	228.095	266.030	816.022	971.754	1.133.847
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	67.891	72.942	80.175	424.999	451.095	490.021
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(44.698)	(48.601)	(52.506)	(61.946)	(67.141)	(72.338)
<b>Total (ganho) perda</b>		<b>2.463.063</b>	<b>2.993.147</b>	<b>3.512.546</b>	<b>3.860.910</b>	<b>4.615.934</b>	<b>5.375.403</b>

### 3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2016, aproximadamente 97,4% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

### 3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

**Notas Explicativas****4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.498.553</b>	<b>3.443.923</b>	<b>11.574.466</b>	<b>11.090.596</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(2.023.917)</b>	<b>(1.884.567)</b>	<b>(5.050.337)</b>	<b>(4.306.810)</b>
Tributos	(459.881)	(486.423)	(1.979.896)	(2.049.159)
Outras deduções	(1.564.036)	(1.398.144)	(3.070.441)	(2.257.651)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.474.636</b>	<b>1.559.356</b>	<b>6.524.129</b>	<b>6.783.786</b>

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>6.950.845</b>	<b>6.909.691</b>	<b>23.211.118</b>	<b>22.250.023</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(3.995.057)</b>	<b>(3.760.251)</b>	<b>(9.931.878)</b>	<b>(8.426.302)</b>
Tributos	(925.131)	(985.365)	(3.974.688)	(4.160.469)
Outras deduções	(3.069.926)	(2.774.886)	(5.957.190)	(4.265.833)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.955.788</b>	<b>3.149.440</b>	<b>13.279.240</b>	<b>13.823.721</b>

## Notas Explicativas

## 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.474.636</b>	<b>1.559.356</b>	<b>6.524.129</b>	<b>6.783.786</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(108.621)	(192.425)	(222.444)	(450.670)
Pessoal	(145.154)	(130.209)	(745.288)	(622.222)
Serviços de terceiros	(305.771)	(381.080)	(1.622.347)	(1.619.155)
Serviço de manutenção da rede	(162.709)	(121.490)	(516.015)	(501.022)
Custo de aparelhos e outros			(60.208)	(47.791)
Publicidade e propaganda	(49.315)	(2.676)	(137.510)	(97.793)
Aluguéis e seguros	(167.766)	(95.153)	(1.071.135)	(822.743)
Provisões / Reversões	(149.995)	(119.721)	(289.502)	(268.897)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.431)	(15.482)	(163.963)	(182.288)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(1.010.537)	(380.372)	(175.633)	(224.455)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)	(23.212)	(27.390)	(84.680)	(47.756)
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(2.152.511)</b>	<b>(1.465.998)</b>	<b>(5.088.725)</b>	<b>(4.884.792)</b>
Depreciação e amortização	(255.957)	(229.845)	(1.336.430)	(1.272.484)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(2.408.468)</b>	<b>(1.695.843)</b>	<b>(6.425.155)</b>	<b>(6.157.276)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(933.832)</b>	<b>(136.487)</b>	<b>98.974</b>	<b>626.510</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	2.048.501	559.063	435.229	570.383
Despesas financeiras	(792.067)	(1.030.629)	187.166	(1.779.983)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>1.256.434</b>	<b>(471.566)</b>	<b>622.395</b>	<b>(1.209.600)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>322.602</b>	<b>(608.053)</b>	<b>721.369</b>	<b>(583.090)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(815.213)	115.364	(1.376.880)	141.123
<b>Prejuízo líquido das operações continuadas</b>	<b>(492.611)</b>	<b>(492.689)</b>	<b>(655.511)</b>	<b>(441.967)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		1.112.506		1.112.506
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>(492.611)</b>	<b>619.817</b>	<b>(655.511)</b>	<b>670.539</b>
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	(492.611)	619.817	(492.611)	619.817
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(162.900)	50.722
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(651.243)	(498.365)	(4.131.576)	(3.708.018)
Despesas com vendas	(262.264)	(273.015)	(1.157.297)	(1.223.383)
Despesas gerais e administrativas	(315.889)	(438.074)	(927.181)	(997.035)
Outras receitas operacionais	196.978	132.198	418.628	362.392
Outras despesas operacionais	(284.902)	(234.777)	(627.154)	(591.314)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.091.148)	(383.810)	(575)	82
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(2.408.468)</b>	<b>(1.695.843)</b>	<b>(6.425.155)</b>	<b>(6.157.276)</b>

## Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.955.788</b>	<b>3.149.440</b>	<b>13.279.240</b>	<b>13.823.721</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(323.439)	(430.357)	(580.075)	(956.473)
Pessoal	(219.350)	(271.633)	(1.429.888)	(1.238.738)
Serviços de terceiros	(677.954)	(731.832)	(3.173.731)	(3.172.589)
Serviço de manutenção da rede	(317.994)	(279.991)	(1.004.560)	(960.610)
Custo de aparelhos e outros			(133.859)	(196.702)
Publicidade e propaganda	(52.039)	(5.721)	(230.974)	(136.950)
Aluguéis e seguros	(338.511)	(199.400)	(2.167.949)	(1.709.178)
Provisões / Reversões	(227.879)	(225.886)	(494.457)	(492.041)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.001)	(49.006)	(291.537)	(351.564)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(1.231.525)	(333.683)	(476.431)	(650.867)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)	(23.212)	(27.390)	(94.676)	(47.756)
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(3.453.904)</b>	<b>(2.554.899)</b>	<b>(10.078.137)</b>	<b>(9.913.468)</b>
Depreciação e amortização	(534.221)	(458.262)	(2.709.610)	(2.490.872)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(3.988.125)</b>	<b>(3.013.161)</b>	<b>(12.787.747)</b>	<b>(12.404.340)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(1.032.337)</b>	<b>136.279</b>	<b>491.493</b>	<b>1.419.381</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	3.327.634	740.434	713.317	877.304
Despesas financeiras	(3.754.597)	(2.100.324)	(1.993.724)	(3.355.991)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(426.963)</b>	<b>(1.359.890)</b>	<b>(1.280.407)</b>	<b>(2.478.687)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(1.459.300)</b>	<b>(1.223.611)</b>	<b>(788.914)</b>	<b>(1.059.306)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(701.917)	362.050	(1.510.749)	203.243
<b>Prejuízo líquido das operações continuadas</b>	<b>(2.161.217)</b>	<b>(861.561)</b>	<b>(2.299.663)</b>	<b>(856.063)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		1.080.061		1.080.061
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>(2.161.217)</b>	<b>218.500</b>	<b>(2.299.663)</b>	<b>223.998</b>
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	(2.161.217)	218.500	(2.161.217)	218.500
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(138.446)	5.498
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.421.746)	(1.175.277)	(8.260.316)	(7.502.780)
Despesas com vendas	(509.906)	(551.723)	(2.215.306)	(2.371.149)
Despesas gerais e administrativas	(636.361)	(761.999)	(1.850.846)	(1.946.430)
Outras receitas operacionais	361.933	189.999	789.040	547.170
Outras despesas operacionais	(421.103)	(441.203)	(1.249.397)	(1.131.665)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.360.942)	(272.958)	(922)	514
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(3.988.125)</b>	<b>(3.013.161)</b>	<b>(12.787.747)</b>	<b>(12.404.340)</b>

- (i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 1.360.942 na controladora (despesa de R\$ 272.958 – 30/06/2015) e despesa de R\$ 922 (receita de R\$ 514 – 30/06/2015) no consolidado.
- (ii) As outras despesas operacionais, líquidas nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, incluem essencialmente custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas nesses períodos.

## Notas Explicativas

### 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	51.854	122.843	153.884	258.078
Rendimentos de aplicações financeiras	33.060	16.209	70.261	67.715
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	1.975.439	84.720	(241)	
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(125.908)	3.653	(142.009)	(179.744)
Outras receitas (i)	114.056	331.638	353.334	424.334
<b>Total</b>	<b>2.048.501</b>	<b>559.063</b>	<b>435.229</b>	<b>570.383</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	1.051.140	340.481	4.329.693	626.890
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(894.484)	(571.685)	(1.895.886)	(841.344)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(238.517)	(264.492)	(724.837)	(679.850)
Juros sobre debêntures	(142.383)	(263.636)	(143.175)	(264.382)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(409.415)	(78.846)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(633.659)</b>	<b>(838.178)</b>	<b>1.565.795</b>	<b>(1.158.686)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Perda com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)			(888.852)	
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(60.471)	(65.573)	(137.814)	(283.002)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(57.341)	(94.592)	(183.739)	(154.006)
Atualização monetária de provisões	929	(3.360)	(57.713)	(62.786)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(9.245)	(13.600)	(12.559)	(29.084)
Outras despesas (iii)	(32.280)	(15.326)	(97.952)	(92.419)
<b>Sub-total:</b>	<b>(158.408)</b>	<b>(192.451)</b>	<b>(1.378.629)</b>	<b>(621.297)</b>
<b>Total</b>	<b>(792.067)</b>	<b>(1.030.629)</b>	<b>187.166</b>	<b>(1.779.983)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.256.434</b>	<b>(471.566)</b>	<b>622.395</b>	<b>(1.209.600)</b>

## Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	102.125	192.164	290.197	445.177
Rendimentos de aplicações financeiras	53.786	28.159	125.006	112.394
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	3.371.773	146.320		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(382.304)	11.763	(257.111)	(135.226)
Outras receitas (i)	182.254	362.028	555.225	454.959
<b>Total</b>	<b>3.327.634</b>	<b>740.434</b>	<b>713.317</b>	<b>877.304</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	1.794.936	(1.767.481)	6.897.667	(2.130.000)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(3.725.554)	1.258.503	(5.079.077)	1.722.051
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(479.338)	(539.812)	(1.495.903)	(1.291.382)
Juros sobre debêntures	(284.313)	(549.666)	(285.886)	(551.137)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(692.672)	(162.366)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(3.386.941)</b>	<b>(1.760.822)</b>	<b>36.801</b>	<b>(2.250.468)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Perda com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)			(888.852)	
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(116.347)	(113.682)	(402.839)	(510.998)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(140.082)	(136.343)	(374.406)	(252.283)
Atualização monetária de provisões	(61.701)	(20.418)	(194.403)	(115.362)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(9.597)	(27.380)	(16.189)	(52.864)
Outras despesas (iii)	(39.929)	(41.679)	(153.836)	(174.016)
<b>Sub-total:</b>	<b>(367.656)</b>	<b>(339.502)</b>	<b>(2.030.525)</b>	<b>(1.105.523)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.754.597)</b>	<b>(2.100.324)</b>	<b>(1.993.724)</b>	<b>(3.355.991)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(426.963)</b>	<b>(1.359.890)</b>	<b>(1.280.407)</b>	<b>(2.478.687)</b>

- (i) Em 2016, inclui dividendos a receber da Unitel no montante de Kwanzas 12,6 bilhões (R\$ 280.076) referentes ao exercício de 2014 e em 2015 refere-se, substancialmente, ao ganho decorrente das operações de recompra de debêntures próprias.
- (ii) Refere-se a perda de US\$ 242 milhões resultante da revisão do valor de recuperação dos dividendos a receber da Unitel e do valor justo do investimento financeiro na Unitel (Nota 26), em função da desvalorização do Kwanza face ao Dólar e ao Real.
- (iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões financeiras.

## Notas Explicativas

### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(7.159)	(1.743)	(150.825)	(126.561)
Tributos diferidos	(808.054)	117.107	(1.226.055)	267.684
<b>Total</b>	<b>(815.213)</b>	<b>115.364</b>	<b>(1.376.880)</b>	<b>141.123</b>

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>322.602</b>	<b>(608.053)</b>	<b>721.369</b>	<b>(583.090)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(109.685)	206.738	(245.265)	198.251
Equivalência patrimonial	(370.990)	(130.495)	(196)	28
Efeito tributário dos JSCP		544		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	109	6	778	5.289
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(24.055)	38.571	(163.752)	(27.953)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				
Ativo fiscal diferido não constituído no Brasil (iii)	(310.592)		(498.215)	
Ativo fiscal diferido não constituído no exterior (iii)			(470.230)	(13.147)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(815.213)</b>	<b>115.364</b>	<b>(1.376.880)</b>	<b>141.123</b>

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(11.824)	(12.512)	(307.304)	(397.604)
Tributos diferidos (Nota 10)	(690.093)	374.562	(1.203.445)	600.847
<b>Total</b>	<b>(701.917)</b>	<b>362.050</b>	<b>(1.510.749)</b>	<b>203.243</b>

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(1.459.300)</b>	<b>(1.223.611)</b>	<b>(788.914)</b>	<b>(1.059.306)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	496.162	416.028	268.230	360.164
Equivalência patrimonial	(462.720)	(92.806)	(314)	175
Efeito tributário dos JSCP		1.087		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	198	93	1.479	16.081
Exclusões (adições) permanentes (ii)	25.402	37.648	(130.519)	(145.159)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				
Ativo fiscal diferido não constituído no Brasil (iii)	(760.959)		(1.316.256)	(57.203)
Ativo fiscal diferido não constituído no exterior (iii)			(333.369)	29.185
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(701.917)</b>	<b>362.050</b>	<b>(1.510.749)</b>	<b>203.243</b>

## Notas Explicativas

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos.
- (iii) Referem-se a ativos fiscais diferidos não constituídos da Companhia e de controladas no Brasil e no exterior que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis (Nota 10).

### 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e contas bancárias	152.233	177.573	355.705	1.111.840
Equivalentes de caixa	2.810.182	1.341.011	4.496.648	13.786.223
<b>Total</b>	<b>2.962.415</b>	<b>1.518.584</b>	<b>4.852.353</b>	<b>14.898.063</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Operações compromissadas	2.139.647	744.220	3.221.646	1.637.798
CDB – Certificado de Depósito Bancário	646.341	589.664	1.205.023	1.387.158
“Time Deposits”	1.022	4.175	13.229	10.734.985
Outros	23.172	2.952	56.750	26.282
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.810.182</b>	<b>1.341.011</b>	<b>4.496.648</b>	<b>13.786.223</b>

#### (b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
“Time Deposits”				1.700.386
Títulos públicos	41.089	14.486	213.216	101.334
Títulos privados	11.809	20.580	40.586	125.966
Outros	6.944	3.667		
<b>Total</b>	<b>59.842</b>	<b>38.733</b>	<b>253.802</b>	<b>1.927.686</b>
Circulante	48.033	18.153	213.216	1.801.720
Não circulante	11.809	20.580	40.586	125.966

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

## Notas Explicativas

### 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Serviços faturados	1.584.431	2.176.019	7.179.397	6.733.219
Serviços a faturar	450.606	448.768	1.106.702	1.296.562
Aparelhos e acessórios vendidos	88.972	80.331	999.039	911.077
<b>Subtotal:</b>	<b>2.124.009</b>	<b>2.705.118</b>	<b>9.285.138</b>	<b>8.940.858</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271.047)	(276.367)	(519.685)	(561.139)
<b>Total</b>	<b>1.852.962</b>	<b>2.428.751</b>	<b>8.765.453</b>	<b>8.379.719</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
A vencer	1.498.548	1.868.784	7.280.174	6.855.027
Vencidas até 60 dias	392.444	624.402	1.163.961	1.296.612
Vencidas de 61 a 90 dias	45.356	34.392	187.418	146.608
Vencidas de 91 a 120 dias	29.484	27.415	139.101	121.916
Vencidas de 121 a 150 dias	25.586	22.362	112.649	124.887
Vencidas acima de 150 dias	132.591	127.763	401.835	395.808
<b>Total</b>	<b>2.124.009</b>	<b>2.705.118</b>	<b>9.285.138</b>	<b>8.940.858</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(276.367)</b>	<b>(561.139)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.001)	(290.495)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	47.321	331.949
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>(271.047)</b>	<b>(519.685)</b>

### 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	5.914	212.808	100.462	416.125
CS a recuperar (i)	3.616	74.124	37.106	153.059
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	425.833	83.144	741.857	346.389
<b>Total circulante</b>	<b>435.363</b>	<b>370.076</b>	<b>879.425</b>	<b>915.573</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.674.898	1.782.179	1.674.898	1.782.179
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	602.963	641.584	602.963	641.584
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.544.782	2.055.051	2.116.868	3.030.285
CS sobre diferenças temporárias (iv)	546.854	730.550	666.984	993.486
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	828.306	828.306	1.675.943	1.673.150
CS sobre base negativa (iv)	298.190	298.190	616.364	615.040
<b>Subtotal – Tributos diferidos a recuperar</b>	<b>5.495.993</b>	<b>6.335.860</b>	<b>7.354.020</b>	<b>8.735.724</b>
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	358.853	125.657	440.017	147.278
<b>Total não circulante</b>	<b>5.854.846</b>	<b>6.461.517</b>	<b>7.794.037</b>	<b>8.883.002</b>

## Notas Explicativas

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	5.241	23.240	163.408	211.571
CS a pagar	56.796	58.769	113.949	128.053
<b>Total circulante</b>	<b>62.037</b>	<b>82.009</b>	<b>277.357</b>	<b>339.624</b>

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2027.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 30 de junho de 2016, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, não foi constituído o ativo fiscal diferido na sua totalidade no montante de R\$ 1.201.781 (Nota 7).

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade, no montante de R\$ 578.793 (31/12/2015 - R\$ 454.319).

## Notas Explicativas

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016		5.329
2017		137.215
2018		129.532
2019		290.641
2020	338.161	565.271
De 2021 a 2023	1.867.934	2.660.637
De 2024 a 2025	1.012.037	1.287.534
<b>Total</b>	<b>3.218.132</b>	<b>5.076.159</b>

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2016
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	930.751	(23.674)		907.077
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	45.761	13.749		59.510
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	177.724	(6.475)	3.428	174.677
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	100.930	(8.774)		92.156
Participação nos lucros	23.868	(23.868)		
Variações cambiais	1.578.914	(364.309)		1.214.605
Ágio incorporado	2.423.763	(145.902)		2.277.861
Contabilidade de "hedge"	178.072		(153.202)	24.870
Outras adições e exclusões temporárias	(250.419)	(130.840)		(381.259)
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL</b>				
Prejuízos fiscais	828.306			828.306
Base negativa de CSLL	298.190			298.190
<b>Total</b>	<b>6.335.860</b>	<b>(690.093)</b>	<b>(149.774)</b>	<b>5.495.993</b>

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2016
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	1.393.087	6.757		1.399.844
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	146.256	14.108		160.364
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	176.436	(6.462)	3.428	173.402
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	658.870	1.027		659.897
Participação nos lucros	64.243	(58.187)		6.056
Variações cambiais	1.778.361	(716.053)		1.062.308
Ágio incorporado	2.423.763	(145.902)		2.277.861
Contabilidade de "hedge"	207.609		(181.687)	25.922
Outras adições e exclusões temporárias	(401.091)	(302.850)		(703.941)
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL</b>				
Prejuízos fiscais	1.673.150	2.793		1.675.943
Base negativa de CSLL	615.040	1.324		616.364
<b>Total</b>	<b>8.735.724</b>	<b>(1.203.445)</b>	<b>(178.259)</b>	<b>7.354.020</b>

## 11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar (i)	386.613	371.479	1.610.542	1.285.800
PIS e COFINS	114.506	18.718	275.614	200.029
Outros	15.462	15.102	98.010	97.056
<b>Total</b>	<b>516.581</b>	<b>405.299</b>	<b>1.984.166</b>	<b>1.582.885</b>
Circulante	318.717	210.603	1.130.853	922.986
Não circulante	197.864	194.696	853.313	659.899

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ICMS	300.453	295.271	730.597	759.922
ICMS Convênio nº 69/1998	19.907	18.859	36.297	33.998
PIS e COFINS	423.277	382.680	703.213	668.888
FUST/FUNTTTEL/Rádiodifusão	108.628	108.319	889.690	861.212
Outros	113.979	83.203	217.881	153.968
<b>Total</b>	<b>966.244</b>	<b>888.332</b>	<b>2.577.678</b>	<b>2.477.988</b>
Circulante	804.543	762.079	1.584.815	1.553.651
Não circulante	161.701	126.253	992.863	924.337

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

## Notas Explicativas

### 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Cíveis	7.495.344	7.288.084	9.874.383	9.459.735
Tributárias	720.916	669.982	2.688.698	2.548.720
Trabalhistas	1.422.807	1.356.218	2.532.207	2.368.902
<b>Total</b>	<b>9.639.067</b>	<b>9.314.284</b>	<b>15.095.288</b>	<b>14.377.357</b>
Circulante	802.013	887.449	1.202.256	1.258.227
Não circulante	8.837.054	8.426.835	13.893.032	13.119.130

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

### 13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas	16.849.958	17.118.485		
Negócios em conjunto			47.358	63.837
Investimentos em coligadas			40.323	39.003
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	20.471	20.471
<b>Total</b>	<b>16.875.648</b>	<b>17.144.175</b>	<b>139.731</b>	<b>154.890</b>

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.144.175</b>	<b>154.890</b>
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(1.360.942)	(922)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	55.294	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	(4.126)	(4.126)
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	421.766	1.977
Transferência de investimentos p/ provisão para patrimônio líquido negativo	(60.139)	
Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo	539.096	
Dividendos de controladas	(13.604)	
Aumento de participação em controlada	154.137	
Baixa de investimentos		(12.088)
Outros	(9)	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>16.875.648</b>	<b>139.731</b>

## Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2016			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
Telemar	16.177.036	(509.987)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	675.926	99.346	215.538.129	215.538.129	50	100
Oi Holanda	(550.243)	(503.038)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	6.675	6.674	799		100	100
PTIF	(242.703)	24.081	0,042		100	100
CVTEL	(210)	(60)	18		100	100
Carrigans	84		0,100		100	100
Serede	764.979	(262.995)	19.238.257		18,57	18,57

Controladas	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em					
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Telemar	(61.205)	(244.608)	(509.987)	(295.300)	16.177.036	16.635.856		
Rio Alto	20.914	25.268	49.673	55.050	337.963	295.747		
Oi Holanda	(634.466)	(193.401)	(503.038)	(82.939)			550.243	47.205
Oi Serviços Financeiros	3.824	1.301	6.674	5.509	6.675	6.147		
PTIF	27.308	(14.673)	24.081	(14.673)			242.703	266.785
CVTEL	(56)	(51)	(60)	(51)			210	190
Carrigans					84	98		
PT Participações (i)	(437.316)	(5.406)	(421.710)	1.135				
Serede	(12.080)		(12.080)		142.058			
Resultado não realizado com investidas	1.929	47.760	5.505	58.311	186.142	180.637		
<b>Total</b>	<b>(1.091.148)</b>	<b>(383.810)</b>	<b>(1.360.942)</b>	<b>(272.958)</b>	<b>16.849.958</b>	<b>17.118.485</b>	<b>793.156</b>	<b>314.180</b>

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

## Informações financeiras resumidas

Controladas	30/06/2016		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (ii)	35.586.093	19.409.057	4.823.784
Oi Holanda (ii)	19.878.348	20.428.591	
PTIF (ii)	13.626.914	13.869.617	
Rio Alto	700.991	25.065	172.032
Oi Serviços Financeiros	69.593	62.918	5.180
CVTEL	8	218	
Serede	1.424.700	659.721	316.024

**Notas Explicativas**

	31/12/2015		30/06/2015
	Ativos	Passivos	Receitas
<b>Controladas</b>			
Telemar (ii)	36.822.800	20.186.944	5.334.827
Oi Holanda (ii)	24.886.102	24.933.307	
PTIF (ii)	18.910.725	19.177.510	
Rio Alto	686.913	95.419	221.603
Oi Serviços Financeiros	79.084	72.937	4.883
CVTEL	14	204	

(ii) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial

**14. IMOBILIZADO**

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>131.743</b>	<b>5.249.747</b>	<b>18.394.951</b>	<b>4.260.392</b>	<b>1.155.948</b>	<b>2.093.862</b>	<b>31.286.643</b>
Adições	454.493		40.000	7.467		3.251	505.211
Baixas		(7.398)	(126)	(7.001)		(3)	(14.528)
Transferências	(202.114)	4.276	127.100	66.105	2.267	2.366	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>384.122</b>	<b>5.246.625</b>	<b>18.561.925</b>	<b>4.326.963</b>	<b>1.158.215</b>	<b>2.099.476</b>	<b>31.777.326</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>(5.110.050)</b>	<b>(15.399.021)</b>	<b>(3.001.826)</b>	<b>(725.475)</b>	<b>(1.552.182)</b>	<b>(25.788.554)</b>
Despesas de depreciação		(9.323)	(261.916)	(165.766)	(17.483)	(35.102)	(489.590)
Baixas			62	5.119		3	5.184
Transferências		(174)	121	53	5	(5)	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>		<b>(5.119.547)</b>	<b>(15.660.754)</b>	<b>(3.162.420)</b>	<b>(742.953)</b>	<b>(1.587.286)</b>	<b>(26.272.960)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>131.743</b>	<b>139.697</b>	<b>2.995.930</b>	<b>1.258.566</b>	<b>430.473</b>	<b>541.680</b>	<b>5.498.089</b>
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>384.122</b>	<b>127.078</b>	<b>2.901.171</b>	<b>1.164.543</b>	<b>415.262</b>	<b>512.190</b>	<b>5.504.366</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.656.581</b>	<b>18.848.684</b>	<b>49.863.703</b>	<b>26.023.848</b>	<b>3.538.924</b>	<b>5.576.826</b>	<b>105.508.566</b>
Aquisição de investimentos (Nota 27)	4.841	261	300	1.045	1.438	72.190	80.075
Adições	1.936.549		148.489	8.906	506	13.037	2.107.487
Baixas		(11.065)	(2.012)	(13.123)		(5)	(26.205)
Transferências	(1.044.206)	34.747	845.041	133.262	1.820	29.336	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>2.553.765</b>	<b>18.872.627</b>	<b>50.855.521</b>	<b>26.153.938</b>	<b>3.542.688</b>	<b>5.691.384</b>	<b>107.669.923</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>(16.924.681)</b>	<b>(36.603.229)</b>	<b>(20.154.173)</b>	<b>(1.736.329)</b>	<b>(4.592.963)</b>	<b>(80.011.375)</b>
Aquisição de investimentos (Nota 27)		(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(31.475)
Despesas de depreciação		(190.450)	(1.161.674)	(583.588)	(50.106)	(134.302)	(2.120.120)
Baixas			1.345	10.881		4	12.230
Transferências		(620)	209	263	71	77	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>		<b>(17.115.859)</b>	<b>(37.763.512)</b>	<b>(20.727.121)</b>	<b>(1.786.990)</b>	<b>(4.757.258)</b>	<b>(82.150.740)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.656.581</b>	<b>1.924.003</b>	<b>13.260.474</b>	<b>5.869.675</b>	<b>1.802.595</b>	<b>983.863</b>	<b>25.497.191</b>
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>2.553.765</b>	<b>1.756.768</b>	<b>13.092.009</b>	<b>5.426.817</b>	<b>1.755.698</b>	<b>934.126</b>	<b>25.519.183</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.893.765 (31/12/2015 – R\$ 2.840.055), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.255.719 (31/12/2015 - R\$ 8.055.876).

No período findo em 30 de junho de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

## Notas Explicativas

## 15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>				
Saldo em 31/12/2015	107.567	2.425.139	101.712	2.634.418
Adições	3.095		37	3.132
Transferências	(2.693)	2.411	282	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>107.969</b>	<b>2.427.550</b>	<b>102.031</b>	<b>2.637.550</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 31/12/2015		(2.327.563)	(73.930)	(2.401.493)
Despesas de amortização		(43.682)	(949)	(44.631)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>		<b>(2.371.245)</b>	<b>(74.879)</b>	<b>(2.446.124)</b>
<b>Intangível líquido</b>				
Saldo em 31/12/2015	107.567	97.576	27.782	232.925
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>107.969</b>	<b>56.305</b>	<b>27.152</b>	<b>191.426</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>						
Saldo em 31/12/2015	706.172	125.841	7.907.751	4.041.011	1.221.786	14.002.561
Aquisição de investimentos (Nota 27)	368.428		30.732			399.160
Adições		169.458	11.093	80.227	29.294	290.072
Transferências		(112.848)	99.130		13.718	
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>1.074.600</b>	<b>182.451</b>	<b>8.048.706</b>	<b>4.121.238</b>	<b>1.264.798</b>	<b>14.691.793</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2015	(459.645)		(6.538.340)	(2.680.178)	(1.022.627)	(10.700.790)
Aquisição de investimentos (Nota 27)			(14.774)			(14.774)
Despesas de amortização			(307.134)	(134.311)	(52.760)	(494.205)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>(459.645)</b>		<b>(6.860.248)</b>	<b>(2.814.489)</b>	<b>(1.075.387)</b>	<b>(11.209.769)</b>
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31/12/2015	246.527	125.841	1.369.411	1.360.833	199.159	3.301.771
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>614.955</b>	<b>182.451</b>	<b>1.188.458</b>	<b>1.306.749</b>	<b>189.411</b>	<b>3.482.024</b>
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

## 16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	269.287	222.451	1.579.634	1.282.493
Serviços	935.392	978.224	2.996.648	3.059.394
Aluguel de postes e direito de passagem	131.911	120.050	294.642	341.143
Outros	42.947	67.795	240.465	321.803
<b>Total</b>	<b>1.379.537</b>	<b>1.388.520</b>	<b>5.111.389</b>	<b>5.004.833</b>

## Notas Explicativas

### 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
<b>“Senior Notes”</b>	<b>9.458.435</b>	<b>11.163.801</b>	<b>30.288.843</b>	<b>38.670.111</b>		
Moeda nacional	1.090.716	1.090.716	1.090.716	1.090.716	Set/2016	Semestral
Moeda estrangeira	8.367.719	10.073.085	29.198.127	37.579.395	Jul/2016 à Ago/2022	Semestral/ Anual
<b>Instituições financeiras</b>	<b>2.094.025</b>	<b>5.196.600</b>	<b>12.633.693</b>	<b>17.540.795</b>		
CCB - Cédula de Crédito Bancário			2.414.263	2.416.314	Jul/2016 à Jan/2028	Mensal/ Semestral
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	489.467	450.263	1.519.182	1.397.504	Ago/2022	Anual
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	1.604.558	2.006.070	8.700.248	10.986.710	Jul/2016 à Dez/2033	Mensal/ Semestral
Linha de crédito rotativo		2.740.267		2.740.267		
<b>Debêntures públicas</b>	<b>4.082.068</b>	<b>4.094.737</b>	<b>4.133.665</b>	<b>4.144.760</b>	Dez/2016 à Jul/2021	Semestral/ Anual
<b>Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 25)</b>	<b>19.104.731</b>	<b>13.035.521</b>				
<b>Subtotal</b>	<b>34.739.259</b>	<b>33.490.659</b>	<b>47.056.201</b>	<b>60.355.666</b>		
Custo de transação incorrido	(232.567)	(266.783)	(445.471)	(498.249)		
<b>Total</b>	<b>34.506.692</b>	<b>33.223.876</b>	<b>46.610.730</b>	<b>59.857.417</b>		
Circulante	15.713.339	5.502.425	46.610.730	11.809.598		
Não circulante	18.793.353	27.721.451		48.047.819		

O pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes. Para efeitos contábeis e de divulgação, a parcela dos empréstimos e financiamentos exigíveis nos termos contratuais no longo prazo foi reclassificada para o passivo corrente no balanço patrimonial em 30 de junho de 2016. Os saldos com mútuos e debêntures de controladas foram mantidos no balanço conforme maturidade contratual definida.

#### Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Instituições financeiras	226.910	260.048	439.814	491.514
Debêntures públicas	5.657	6.735	5.657	6.735
<b>Total</b>	<b>232.567</b>	<b>266.783</b>	<b>445.471</b>	<b>498.249</b>
Circulante	232.567	60.668	445.471	117.531
Não circulante		206.115		380.718

#### Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Euro	11.510.056	2.456.578	18.192.386	24.221.508
Dólar Norte Americano	11.642.043	11.074.143	15.793.526	22.713.644
Reais	11.354.593	19.693.155	12.624.818	12.922.265
<b>Total</b>	<b>34.506.692</b>	<b>33.223.876</b>	<b>46.610.730</b>	<b>59.857.417</b>

## Notas Explicativas

### Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Taxa pré-fixada	2,25% a.a. – 10,00% a.a.	23.754.965	11.200.270	31.109.726	39.892.444
CDI	0,75% a.a. – 1,83% a.a.	8.920.752	17.055.791	6.410.960	6.347.119
Libor	0,90% a.a. – 2,50% a.a.	673.108	3.625.537	4.577.812	8.812.005
TJLP	0,0% a.a. – 4,08% a.a.	667.117	715.995	2.924.540	3.148.581
IPCA	0,50% a.a. – 7,94% a.a.	477.648	505.147	1.534.095	1.475.381
INPC	2,43% a.a.	13.102	121.136	53.597	181.887
<b>Total</b>		<b>34.506.692</b>	<b>33.223.876</b>	<b>46.610.730</b>	<b>59.857.417</b>

### Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

#### “Senior Notes” – Moeda Estrangeira e Nacional

Em 30 de junho de 2016 a Companhia detinha obrigações de sua emissão adquiridas no mercado pelo montante de aproximadamente US\$ 33 milhões, as quais mantém em carteira, marcadas a mercado, e se destinam a ser canceladas ou mantidas até à maturidade.

#### Instituições Financeiras

##### *CCB - Cédula de Crédito Bancário*

A Telemar firmou junto ao Banco do Brasil S.A., em 30 de maio de 2016, termos de aditamento às Cédulas de Crédito Bancário vigentes com o objetivo de suspender o pagamento do valor global de principal pelo período compreendido entre 30 de maio e 31 de novembro de 2016.

##### *Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação*

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; “Delcredere Ducreire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

Como resultado das negociações mantidas junto aos seus credores, que vem sendo amplamente divulgadas ao mercado por meio dos Fatos Relevantes de 9 de março e 25 de abril de 2016 e pelo Comunicado ao Mercado de 16 de maio de 2016, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou a suspensão do pagamento do montante principal de alguns subcréditos dos financiamentos vigentes pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, durante o período compreendido entre 30 de maio e 30 de novembro de 2016, observadas determinadas condições impostas pelo BNDES.

#### Debêntures públicas

No dia 15 de abril de 2016, foram realizadas assembleias gerais de debenturistas da: (i) 5ª Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações; e (ii) 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries,

## Notas Explicativas

para Distribuição Pública, ambas emitidas pela Companhia, em razão do descumprimento dos indicadores financeiros de alavancagem das Debêntures.

Os Agentes Fiduciários decretaram os vencimentos antecipados da totalidade das Debêntures em circulação, cujos pagamentos foram realizados no dia 2 de maio de 2016 no valor de R\$ 1,5 milhões para a 5ª Emissão e no dia 20 de abril de 2016 no valor de R\$ 21,5 milhões para a 9ª Emissão.

### Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 3.336 milhões.

### “Covenants”

A Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel, originalmente, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo do contrato de financiamento. Vale ressaltar que, dado que o evento de recuperação judicial constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos de dívida, os passivos atrelados a estes contratos foram reclassificados para o passivo corrente. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de “covenants” financeiros não são aplicáveis.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>				
Contratos de “swap” - cambial	171.998	5.258.200	313.808	6.805.084
Contratos de “swap” - taxa de juros				445.740
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”		101.923		102.329
Contratos de Opção		33.550		33.550
<b>Total</b>	<b>171.998</b>	<b>5.393.673</b>	<b>313.808</b>	<b>7.386.703</b>
Circulante	171.998	103.537	313.808	606.387
Não circulante		5.290.136		6.780.316
<b>Passivos</b>				
Contratos de “swap” - cambial	88.116	1.151.896	90.254	1.197.157
Contratos de “swap” - taxa de juros		591.862		594.433
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”		635.815		686.488
Contratos de Opção		32.265		32.265
Contratos de derivativos a liquidar	104.694		104.694	
<b>Total</b>	<b>192.810</b>	<b>2.411.838</b>	<b>194.948</b>	<b>2.510.343</b>
Circulante	192.810	1.890.443	194.948	1.988.948
Não circulante		521.395		521.395

Conforme mencionado na Nota 3 e no seguimento de decisão do conselho da Companhia, a carteira de derivativos em 30 de junho de 2016 foi reduzida de forma substancial quando comparado aos trimestres anteriores.

**Notas Explicativas****19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
SMP			8.596	905.601
Concessões do STFC	15.079		61.148	12.936
<b>Total</b>	<b>15.079</b>		<b>69.744</b>	<b>918.537</b>
Circulante	15.079		62.446	911.930
Não circulante			7.298	6.607

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2016	1.298
2017	64.912
2018	3.256
2019	278
<b>Total</b>	<b>69.744</b>

**20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL**

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	452.184	475.319	765.075	791.696
REFIS II - PAES	4.336	4.336	6.654	3.392
<b>Total</b>	<b>456.520</b>	<b>479.655</b>	<b>771.729</b>	<b>795.088</b>
Circulante	54.782	42.694	98.269	78.432
Não circulante	401.738	436.961	673.460	716.656

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2016				31/12/2015
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	164.184	5.344	202.890	372.418	387.228
Imposto de renda	46.578	3.831	46.080	96.489	100.897
PIS	62.143	1.124	38.563	101.830	104.138
INSS – SAT	(1.006)	2.312	4.672	5.978	9.881
Contribuição social	11.692	1.553	12.927	26.172	25.651
CPMF	19.165	2.153	27.512	48.830	48.311
Outros	44.635	5.168	70.209	120.012	118.982
<b>Total</b>	<b>347.391</b>	<b>21.485</b>	<b>402.853</b>	<b>771.729</b>	<b>795.088</b>

## Notas Explicativas

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<b>CONTROLADORA</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
2016	27.392	47.653
2017	54.782	95.306
2018	54.782	95.306
2019	54.782	91.451
2020	54.782	91.451
2021 a 2022	109.565	182.902
2023 a 2024	100.435	167.660
<b>Total</b>	<b>456.520</b>	<b>771.729</b>

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

## Notas Explicativas

### 21. PROVISÕES

#### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Trabalhista</b>				
Horas extras	203.158	227.874	364.396	329.510
Adicionais diversos	41.113	46.685	139.085	110.664
Estabilidade / Reintegração	61.261	65.005	112.060	97.783
Indenizações	50.401	55.558	111.011	99.607
Complemento de aposentadoria	57.763	55.131	88.459	70.942
Diferenças salariais	25.656	28.332	40.406	38.013
Honorários advocatícios/periciais	12.789	14.360	30.160	25.291
Verbas rescisórias	5.489	6.045	17.476	15.016
Multas trabalhistas	3.926	3.786	13.920	10.275
Vínculo empregatício	168	166	11.491	6.967
FGTS	4.049	4.530	7.448	6.694
Subsidiariedade	463	483	711	610
Demais ações	24.180	22.805	48.273	38.105
<b>Total</b>	<b>490.416</b>	<b>530.760</b>	<b>984.896</b>	<b>849.477</b>
<b>Tributária</b>				
ICMS	34.509	30.947	382.387	308.144
ISS	246	131	72.866	71.201
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	398	386	30.039	29.394
ILL			3.108	6.882
Demais ações	12.933	14.314	71.785	76.736
<b>Total</b>	<b>48.086</b>	<b>45.778</b>	<b>560.185</b>	<b>492.357</b>
<b>Cível</b>				
ANATEL (i)	348.293	345.045	1.160.278	1.148.621
Societário	1.072.103	1.111.742	1.072.103	1.111.742
Juizado Especial	191.273	208.131	346.079	361.474
Demais ações	260.791	189.089	580.899	471.295
<b>Total</b>	<b>1.872.460</b>	<b>1.854.007</b>	<b>3.159.359</b>	<b>3.093.132</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>2.410.962</b>	<b>2.430.545</b>	<b>4.704.440</b>	<b>4.434.966</b>
Circulante	558.029	622.213	931.808	1.020.994
Não circulante	1.852.933	1.808.332	3.772.632	3.413.972

- (i) Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL processos por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 6.114 milhões, dos quais R\$ 2.967 milhões estavam relacionados a multas já emitidas pela ANATEL. A Companhia e a ANATEL estão negociando Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC) com vista à conversão dos descumprimentos em obrigações futuras de investimento e/ou benefícios a clientes. Até à presente data o Conselho Diretor da ANATEL deliberou o TAC de Qualidade e Universalização que perfaz um montante de R\$ 1.821 milhões, o qual está sendo avaliado pelo TCU e resultou na solicitação de clarificações à Agência. Adicionalmente, existem cerca de R\$ 7.201 milhões referentes a processos de descumprimento que se encontram fora da esfera da ANATEL. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

## Notas Explicativas

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhista	441.208	425.753	809.403	779.776
Tributária	5.787.222	5.480.219	25.006.585	24.047.529
Cível	408.184	377.159	1.249.449	1.238.279
<b>Total</b>	<b>6.636.614</b>	<b>6.283.131</b>	<b>27.065.437</b>	<b>26.065.584</b>

### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>530.760</b>	<b>45.778</b>	<b>1.854.007</b>	<b>2.430.545</b>
Atualização monetária	(11.542)	3.542	69.701	61.701
Adições / (Reversões)	10.548	(1.155)	218.486	227.879
Baixas por pagamentos / encerramentos	(39.350)	(79)	(269.734)	(309.163)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>490.416</b>	<b>48.086</b>	<b>1.872.460</b>	<b>2.410.962</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>849.477</b>	<b>492.357</b>	<b>3.093.132</b>	<b>4.434.966</b>
Aquisição de investimentos (Nota 27)	202.476	(393)	159	202.242
Atualização monetária	15.102	43.615	135.686	194.403
Adições / (Reversões)	40.333	25.266	428.858	494.457
Baixas por pagamentos / encerramentos	(122.492)	(660)	(498.476)	(621.628)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>984.896</b>	<b>560.185</b>	<b>3.159.359</b>	<b>4.704.440</b>

### Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de junho de 2016 corresponde a R\$ 5.420.593 (31/12/2015 - R\$ 5.394.597) na controladora e R\$ 15.086.130 (31/12/2015 - R\$ 15.577.522) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## Notas Explicativas

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2015 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2016	31/12/2015
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	668.034	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>825.761</b>	<b>825.761</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	148.282	148.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>150.094</b>	<b>150.094</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	519.752	519.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>675.667</b>	<b>675.667</b>

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

#### (b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de junho de 2016 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em

## Notas Explicativas

decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;

- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria.
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 27), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 no montante de R\$ 2.309.296; (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015 no montante de R\$ 122.412 incluem, principalmente, R\$ 20.349 de Caixa e equivalentes de caixa, R\$ 112.961 de Tributos diferidos e R\$ 11.166 de Empréstimos, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais-valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, nos pareceres técnicos externos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não registrou no seu balanço a referida mais-valia. Nos termos do ICPC 09 (R2) itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999, em 1 de setembro de 2015, a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM e, em 29 de julho de 2016, recebeu ofício da Superintendência de Relações com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários (“SEP”), contendo a manifestação a respeito da consulta formulada pela Companhia. No entendimento da SEP, “a mais valia não deve ser baixada da TmarPart, mas sim mantida no acervo a ser incorporado à Oi, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da Brasil Telecom S.A.”. A Companhia ainda está avaliando o teor das conclusões constantes do referido ofício, do qual cabe recurso ao Colegiado da CVM.

## Notas Explicativas

A Companhia informa que o registro da mais-valia no seu balanço, em 30 de junho de 2016, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 1.165 milhões (31/12/2015 – R\$ 1.233 milhões), e a diminuição do resultado líquido do trimestre e do semestre findo em 30 de junho de 2016 em R\$ 33 milhões e R\$ 68 milhões, respectivamente, da amortização cabível no período (31/12/2015 - 4.993 milhões, resultado da amortização cabível no exercício de R\$ 234 milhões e do registro de perda de imparidade de R\$ 4.759 milhões), líquidos dos efeitos tributários.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

### (d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### (e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

## Notas Explicativas

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2015 no montante de R\$ 4.934.908 para a conta de prejuízos acumulados.

### **(f) Custo de emissões de ações**

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações líquidos de impostos no montante de R\$ 377.429, sendo R\$ 194.464 o montante de impostos. Os custos estão relacionados às seguintes transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol, (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e (3) incorporação da TmarPart pela Oi. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

### **(g) Outros resultados abrangentes**

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

## Notas Explicativas

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>338.226</b>	<b>(377.429)</b>	<b>3.916</b>	<b>(35.287)</b>
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	297.390			297.390
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	55.294			55.294
Perda atuarial	(6.655)			(6.655)
Varição cambial sobre investimento no exterior	(366.272)			(366.272)
Varição cambial sobre investimento no exterior reflexa	(601.682)			(601.682)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>(283.699)</b>	<b>(377.429)</b>	<b>3.916</b>	<b>(657.212)</b>

### (h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do período disponível para os mesmos.

#### Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

#### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

## Notas Explicativas

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2016	Período de seis meses findos em 30/06/2016	Período de três meses findos em 30/06/2015	Período de seis meses findos em 30/06/2015
Prejuízo das operações continuadas	(492.611)	(2.161.217)	(492.689)	(861.561)
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)			1.112.506	1.080.061
<b>Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(492.611)</b>	<b>(2.161.217)</b>	<b>619.817</b>	<b>218.500</b>
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(378.937)	(1.662.499)	473.247	71.930
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(113.674)	(498.718)	146.570	146.570
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	519.752	519.752	230.295	254.013
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	470.166	517.601
<b>Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,73)	(3,20)	0,88	0,28
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,73)	(3,20)	0,88	0,28
<b>Prejuízo por ação – operações continuadas:</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,73)	(3,20)	(0,70)	(1,12)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,73)	(3,20)	(0,70)	(1,12)
<b>Lucro por ação – operações descontinuadas:</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas			1,59	1,40
Ações preferenciais – básicas e diluídas			1,59	1,40

### 23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2016, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativos atuariais</b>	<b>137.189</b>	<b>129.881</b>
Circulante	4.013	753
Não circulante	133.176	129.128
<b>Passivos atuariais (i)</b>	<b>537.264</b>	<b>544.020</b>
Circulante	125.417	144.589
Não circulante	411.847	399.431

(i) Representado, essencialmente, em 30 de junho de 2016, por contrato de obrigações financeiras da BRTPREV, no montante de R\$ 536.938 firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano.

#### (a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2016.

## Notas Explicativas

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Oi, Telemar, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	Telemar e Oi	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

## Notas Explicativas

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2016 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2015, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2015 e em 30 de junho de 2016 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	N/A	13,10%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	Nula	5,10%	N/A	Nula	Nula	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>543.733</b>	<b>544.020</b>
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	43.204	43.244
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(50.000)	(50.000)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>536.937</b>	<b>537.264</b>

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>124.989</b>	<b>129.881</b>
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	8.187	8.507
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	2.166	2.166
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(3.035)	(3.365)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>132.307</b>	<b>137.189</b>

## Notas Explicativas

### 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

## Notas Explicativas

### Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2016 e de 2015 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
Residencial	2.411.313	2.459.916
Mobilidade pessoal	1.944.072	2.017.639
Empresarial / Corporativo	1.908.464	2.001.289
Outros serviços e negócios	58.689	75.966
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>6.322.538</b>	<b>6.554.810</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(1.286.463)	(1.219.397)
Interconexão	(214.822)	(426.991)
Pessoal	(721.250)	(596.037)
Serviços de terceiros	(1.577.093)	(1.574.043)
Serviços de manutenção de rede	(506.436)	(490.084)
Custo de aparelhos e outros	(50.990)	(35.979)
Publicidade e propaganda	(130.891)	(90.954)
Aluguéis e seguros	(1.059.744)	(811.248)
Provisões / Reversões	(289.502)	(268.897)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(163.695)	(178.623)
Tributos e outras despesas	(163.914)	(265.704)
Outras receitas operacionais, líquidas	(84.681)	(47.756)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>73.057</b>	<b>549.097</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	217.815	433.581
Despesas financeiras	1.050.548	(1.654.813)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>1.341.420</b>	<b>(672.135)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.349.762)	157.954
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>(8.342)</b>	<b>(514.181)</b>

## Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
Residencial	4.804.824	4.950.796
Mobilidade pessoal	3.976.081	4.276.447
Empresarial / Corporativo	3.973.817	4.022.201
Outros serviços e negócios	106.355	146.146
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>12.861.077</b>	<b>13.395.590</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(2.614.326)	(2.392.679)
Interconexão	(562.273)	(930.610)
Pessoal	(1.378.160)	(1.187.725)
Serviços de terceiros	(3.091.604)	(3.106.426)
Serviços de manutenção de rede	(984.130)	(941.560)
Custo de aparelhos e outros	(112.968)	(173.637)
Publicidade e propaganda	(218.434)	(124.173)
Aluguéis e seguros	(2.144.466)	(1.687.219)
Provisões / Reversões	(494.457)	(492.041)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(290.496)	(324.148)
Tributos e outras despesas	(453.930)	(683.414)
Outras receitas operacionais, líquidas	(94.677)	(47.756)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>421.156</b>	<b>1.304.202</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	401.538	731.488
Despesas financeiras	(1.039.030)	(3.222.861)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(216.336)</b>	<b>(1.187.171)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.460.212)	297.578
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>(1.676.548)</b>	<b>(889.593)</b>

### Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	6.322.538	6.554.810
Receitas relativas a outros negócios	201.591	228.976
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado</b>	<b>6.524.129</b>	<b>6.783.786</b>

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	12.861.077	13.395.590
Receitas relativas a outros negócios	418.163	428.131
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado</b>	<b>13.279.240</b>	<b>13.823.721</b>

## Notas Explicativas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	73.057	549.097
Outros negócios	25.917	77.413
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado</b>	<b>98.974</b>	<b>626.510</b>

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	421.156	1.304.202
Outros negócios	70.337	115.179
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado</b>	<b>491.493</b>	<b>1.419.381</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2016, são como segue:

	30/06/2016				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	71.353.277	65.400.515	25.519.183	3.482.024	2.087.398
Outros, principalmente África	5.822.384	519.935	396.763	744.043	86.257

## Notas Explicativas

### 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<b>Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)</b>	<b>6.944</b>	<b>3.667</b>
Oi Holanda	6.944	3.667
<b>Contas a receber</b>	<b>598.282</b>	<b>1.070.416</b>
BrT Call Center	36.295	40.156
Oi Internet	26.242	22.487
BrT Multimídia	45.183	41.079
Oi Móvel	132.130	782.985
Telemar	208.680	183.709
Conecta	149.606	
Serede	146	
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>3.444.651</b>	<b>3.353.617</b>
Telemar	2.595.120	2.086.734
Oi Móvel	64.090	1.077.813
Oi Internet	14.266	
PT Participações	771.175	189.070
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	<b>869.165</b>	<b>891.270</b>
Telemar	848.040	848.041
Rio Alto		28.251
Oi Serviços Financeiros	21.125	14.978
<b>Outros</b>	<b>518.468</b>	<b>342.041</b>
Telemar	76.406	38.540
BrT Call Center	43.445	36.650
BrT Multimídia	14.980	10.051
Oi Móvel	373.569	246.689
Oi Holanda	10.068	10.068
Dommo		43

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30/06/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>389.096</b>	<b>489.081</b>
BrT Call Center	3.751	100.364
Oi Internet	123.044	131.257
BrT Multimídia	106.306	146.559
Oi Móvel	40.102	34.864
Telemar	60.880	59.507
Paggo Administradora	18.361	16.530
Conecta	28.876	
Serede	7.776	
<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)</b>	<b>19.104.731</b>	<b>13.035.521</b>
Telemar	1.004.832	939.723
Oi Móvel	3.839.400	1.052
Oi Holanda	14.260.390	12.093.929
Oi Internet	109	817
<b>Demais obrigações</b>	<b>105.011</b>	<b>2.339.498</b>
BrT Call Center	396	411
Oi Internet	25.130	25.130
BrT Multimídia	55.885	42.396
Oi Móvel	18.367	18.311
Telemar	1.258	124.500
PTIF		2.125.200
PT Investimentos	3.975	3.550

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>95.955</b>	<b>126.305</b>
Oi Internet	2.147	1.804
BrT Multimídia	1.570	3.094
Oi Móvel	73.868	97.028
Telemar	18.368	22.529
Serede	2	
PT Portugal		1.850
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>10.655</b>	<b>11.939</b>
BrT Call Center		2.173
BrT Multimídia	1.212	330
Oi Móvel	9.426	9.401
Telemar	17	29
Serede		6
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.975.439</b>	<b>84.720</b>
BrT Call Center		2.245
Oi Móvel	6.045	18.030
Telemar	86.301	53.674
Serede	924	
Oi Internet	86	
Oi Holanda (ii)	1.876.055	
PT Participações	6.028	
PTIF		10.771

## Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>199.300</b>	<b>255.742</b>
BrTI		208
Oi Internet	4.477	3.331
BrT Multimídia	3.191	6.166
Oi Móvel	152.499	195.598
Telemar	39.131	45.579
Telemar Internet		260
Serede	2	
PT Portugal		4.600
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>20.139</b>	<b>23.915</b>
BrT Call Center		4.388
BrT Multimídia	1.290	660
Oi Móvel	18.812	18.802
Telemar	37	59
Serede		6
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.371.773</b>	<b>146.320</b>
BrT Call Center		5.896
Oi Móvel	32.017	28.518
Telemar	158.578	81.509
Serede	924	
Oi Internet	86	
Oi Holanda (ii)	3.170.044	
PT Participações	10.124	
PTIF		30.397

(ii) Refere-se, essencialmente, ao ganho de variação cambial sobre os financiamentos em moeda estrangeira.

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(251.785)</b>	<b>(268.130)</b>
BrT Multimídia	(1.222)	(1.475)
Oi Móvel	(60.317)	(105.882)
Telemar	(14.615)	(16.262)
Paggo Administradora	(994)	(2.548)
BrT Call Center	(138.012)	(140.855)
Oi Internet		(324)
Serede	(36.625)	
PT Portugal		(784)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(409.415)</b>	<b>(78.846)</b>
Oi Móvel	(148.780)	(2.405)
Oi Internet	(4)	(9.378)
Telemar	(33.983)	(27.124)
Oi Holanda	(139.334)	(39.939)
PT Portugal	(87.314)	

## Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(479.473)</b>	<b>(561.138)</b>
BrT Multimídia	(2.446)	(11.449)
Oi Móvel	(138.267)	(238.646)
Telemar	(30.849)	(33.390)
Paggo Administradora	(1.830)	(6.682)
BrT Call Center	(269.455)	(268.413)
Oi Internet	(1)	(645)
Serede	(36.625)	
PT Portugal		(1.822)
PT Inovação e Sistemas		(91)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(692.672)</b>	<b>(162.366)</b>
Oi Móvel	(192.077)	(14.589)
Telemar	(65.954)	(52.715)
Oi Holanda	(275.639)	(78.083)
Oi Internet	(18)	(15.145)
Telemar Internet		(1.834)
PT Portugal	(158.984)	

### Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2015 – 115% do CDI).

### Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Telemar e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da Telemar, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas.

### Garantias

A Companhia é avalista das controladas Telemar e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, e alguns outros empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2016, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 24.652 (30/06/2015 - R\$ 34.253). Adicionalmente, a Telemar concede aval à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de junho de 2016, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 161 (30/06/2015 – R\$ 136).

## Notas Explicativas

### Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Contas a receber e outros ativos</b>			<b>4.942</b>	<b>4.916</b>
Outras entidades			4.942	4.916

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<b>Contas a pagar e outros passivos</b>	<b>725</b>		<b>38.320</b>	<b>53.246</b>
Hispamar	725		35.633	52.425
Outras entidades			2.687	821

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>			<b>15</b>	<b>8.802</b>
Contax (i)				8.617
TODO				145
Outras entidades			15	40

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>			<b>39</b>	<b>16.500</b>
Contax (i)				16.169
TODO				276
Outras entidades			39	55

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(4.872)</b>	<b>(61.241)</b>	<b>(9.654)</b>
Veotex		(372)		(2.530)
TODO		(4.500)		(7.124)
Hispamar	(1.497)		(50.970)	
Outras entidades			(10.271)	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(2.305)</b>	<b>(9.932)</b>	<b>(131.668)</b>	<b>(19.412)</b>
Veotex		(839)		(4.953)
TODO		(9.093)		(14.459)
Hispamar	(2.305)		(112.991)	
Outras entidades			(18.677)	

(i) Com os eventos da incorporação da controladora TmarPart em setembro de 2015 e da dispersão do direito de voto, a Contax passou a não ser apresentada como parte relacionada da Companhia, de acordo com os requerimentos do CPC 5.

## Notas Explicativas

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no normal decurso da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Nos termos dos contratos celebrados entre a Companhia e a Pharol com vista à união de bases acionárias, um conjunto de ativos, passivos e responsabilidades da Pharol foram transferidos para a Companhia, tendo esta assumido obrigação de indenização ou pagamento de eventuais contingências incorridas. No primeiro semestre de 2016, a Companhia pagou a terceiros contingências incorridas pela Pharol no montante de € 5,5 milhões e, em 30 de junho de 2016, mantinha depósitos judiciais e depósito de penhor a favor de terceiros no montante de € 21,6 milhões, além de configurar como garantidor de certas garantias bancárias da Pharol, por conta de processos judiciais, no montante de € 187,4 milhões.

### **Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 28.666 (30/06/2015 – R\$ 12.587) na controladora e R\$ 28.744 (30/06/2015 – R\$ 12.691) no consolidado.

## **26. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA**

### **Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice**

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal, bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

### **Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P.,

## Notas Explicativas

que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretensão direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015.

Ao mesmo tempo em que pretendia defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo, a Oi também focou seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos, uma vez que acreditava que, caso este objetivo fosse alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem iniciada perderia seu objeto.

Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Africatel GmbH e Africatel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral.

Dentre os instrumentos celebrados, incluem-se aditivos ao Acordo de Acionistas da Africatel e um Contrato de Resolução e Permuta de Ações (“*Settlement and Share Exchange Agreement*”), pelo qual a Samba Luxco deverá, quando da implementação do acordo: (i) encerrar o procedimento arbitral em curso e dar quitação às subsidiárias da Oi com relação a todas as demandas pretéritas e atuais relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel e suscitadas na arbitragem, (ii) renunciar a certos direitos de aprovação que possui segundo o Acordo de Acionistas da Africatel, e (iii) transferir para a Africatel 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de € 1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel BV deverá transferir para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações MTC.

A implementação do acordo está sujeita à obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias.

## Notas Explicativas

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

## Notas Explicativas

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>5.822.384</b>	<b>7.686.298</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	291.900	214.413
Contas a receber	156.082	217.992
Dividendos a receber (i)	1.976.162	2.042.191
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	2.174.998	3.541.314
Outros ativos	121.614	230.318
Investimentos	19.753	61.425
Imobilizado	396.763	466.049
Intangível	197.093	356.900
Ágio (“goodwill”) (iii)	488.019	555.696
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</b>	<b>519.935</b>	<b>745.000</b>
Empréstimos e financiamentos	4.758	9.557
Fornecedores	39.460	85.730
Provisões para planos de pensão	648	923
Outros passivos	475.069	648.790
<b>Participação de não controladores (iv)</b>	<b>822.689</b>	<b>1.190.547</b>
<b>Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado</b>	<b>4.479.760</b>	<b>5.750.751</b>
Eliminações intragrupo	(410.063)	(295.489)
<b>Total de ativos mantidos para venda – Controladora</b>	<b>4.069.697</b>	<b>5.455.262</b>
Investimentos na África	4.069.697	5.455.262

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor esperado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores, a expectativa de decisão favorável desses processos, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos exercícios fiscais de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 no total nominal de US\$ 737 milhões, incluindo Kwanzas 12,6 bilhões registrados em 2016 referentes ao dividendo do exercício fiscal de 2014;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro de participação indireta de 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. Em 30 de junho de 2016 e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 2.092 milhões (31/12/2015 – R\$ 3.436 milhões), tendo

## Notas Explicativas

registrado no primeiro semestre de 2016 uma perda de R\$ 839 milhões (31/12/2015 - R\$ 2.208 milhões). A Companhia entende que o valor justo calculado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e utilizando premissas de taxa de desconto (entre 15,5% e 17,5%), taxas cambiais e outros indicadores financeiros oficiais de Angola, corresponde à melhor estimativa quanto ao valor de realização do investimento na Unitel.

- (iii) Em 2015, a Companhia realizou o teste anual de “*impairment*” nos seus ativos relativos as operações na África, tendo apurado uma perda no ágio no montante de R\$ 89.176.
- (iv) Representado, principalmente, pela participação de 25% da Samba Luxco no capital social da Africatel Holdings, BV e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

### 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Aquisição de investimentos - ARM Engenharia

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. (“ARM Engenharia”) para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede - Serviços de Rede S.A. (“Serede”), subsidiária integral indireta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A. (“Rede Conecta”).

A aquisição dos ativos e passivos da Rede Conecta foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, tendo sido determinado um ágio preliminar na aquisição no valor de R\$ 368.428. Durante o período de mensuração, a Companhia avaliará os ajustes necessários aos valores provisórios dos ativos e passivos identificáveis.

#### b) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

## Notas Explicativas

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

### **Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte**

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria).

## Notas Explicativas

### Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

Até 31 de março de 2016, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, a partir dessa data, deixaram de estar sujeitas à Opção 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

## Notas Explicativas

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo ¼ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM n°s 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Em 30 de junho de 2016, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 3,5 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

### c) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Em 22 de janeiro de 2016, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado anunciando a alteração na proporção do Programa de “*Depositary Receipts*”, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (“DR Ordinário”), de modo que cada DR Ordinário, que antes representava 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias a partir de 1 de fevereiro de 2016.

## Notas Explicativas

### d) Diretor Presidente

Em 10 de junho de 2016, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo apresentou sua renúncia ao cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Conselho de Administração, nessa mesma data, elegeu, em substituição ao Sr. Bayard De Paoli Gontijo, o Sr. Marco Norci Schroeder como Diretor Presidente da Oi.

### e) Processos judiciais na Holanda

Syzygy Capital Management, Ltd.; Loomis Sayles Strategic Income Fund; alguns “*Bond Holders*” Italianos (SANDRO BOSCOLO BRAGADIN, STEFANO CRISPO, PAOLO DENICOLI, IVANO FALCERI, ALEX LO FURNO, DARIO FARINA, ALDO FAZZINI, WALTER MASONI, SALVATORE LUCIO MARCUCCIO, LUCA MARSILI, ANIELLO MATRONE, VINCENZO MATRONE, MARIO PARCIANELLO, FRANCESCA RISICATO, ANTONIO SCALZULLO, GIOVANNI MARCHESELLI, NADIA BENEDETT); e alguns “*Bond Holders*” (ALLESANDRO CALLEGARI, STEFANO CAPODARCA, BANCO CONSULIA S.P.A., VALENTINA BASSO AND PIERO BASSO) apresentaram até a presente data pedidos para declaração de falência da Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdam respectivamente em 27 de junho de 2016, 8 de julho de 2016, 11 de julho de 2016 e em 15 de julho de 2016.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) “*Retail Bond*” – PTIF (Emitente)

No âmbito do processamento de recuperação judicial, as Empresas Oi têm de apresentar um plano de recuperação e, por regra geral, qualquer pagamento relativo a créditos originados antes do pedido de processamento da recuperação judicial (datado de 20 de junho de 2016), incluindo aqueles relativos às “*Notes*”, terá de ser efetuado no âmbito do plano de recuperação, a ser submetido à aprovação dos credores e ratificado pelo tribunal. Assim, não serão feitos pagamentos na data de maturidade das “*Notes*”.

A Emitente dará pronto conhecimento de qualquer evolução relevante para os titulares da “*Notes*” que resulte do processamento de recuperação judicial.

### b) Processo de suspensão de pagamentos da Oi Holanda

Em 9 de agosto, devido ao risco de que o processo de Recuperação Judicial não seja diretamente reconhecido na Holanda, exemplificativamente com base em algum tratado ou regulamento, a Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. ajuizou uma petição para a suspensão de pagamentos (“*verzoekschrift tot aanvragen surseance van betaling*”) junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdam e, simultaneamente, apresentou minuta do plano de composição (“*akkoord*”).

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	180.855	201.114	223.903	140.690
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	127.361	142.777	174.466	170.637

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

Mais valia de ativos e redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22.c, a Companhia incorporou sua acionista Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) em 1º de setembro de 2015 (“incorporação”). Os ativos da TmarPart incluíam a mais-valia originada na aquisição (“mais-valia”) da Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT”, atualmente Oi S.A. – Em Recuperação Judicial), que como permitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013 (“Ofício CVM 2013”), poderia ser estornada dos livros da Companhia desde que fosse recomposta no nível do consolidado da TmarPart, até a sua completa amortização prevista para 2025. Esse procedimento foi adotado pela Companhia e pela TmarPart em 2012. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22.c, a Companhia, na incorporação, não incluiu a mais-valia no acervo líquido incorporado, e tendo em vista o posicionamento pela recomposição da mais-valia em nível consolidado, conforme Ofício CVM 2013, decidiu apresentar consulta técnica à CVM sobre a política contábil adotada. A adoção dessa política contábil foi objeto de modificação em nossos relatórios de revisão referentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de março de 2016 e de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 29 de julho de 2016, por meio do Ofício nº 149/2016-CVM/SEP/GEA-5 (“Ofício CVM 2016”), a CVM manifestou seu entendimento de que a mais-valia não deveria ter sido baixada da TmarPart, mas sim mantida no acervo a ser incorporado à Companhia, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da BrT. Por se tratar de decisão recente, a Companhia está avaliando o teor das conclusões constantes do referido Ofício CVM 2016 e portanto, ainda não procedeu aos ajustes que seriam requeridos. Consequentemente, em 30 de junho de 2016, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.165.294 mil (R\$ 1.233.299 mil em 31 de dezembro de 2015), que corresponde ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 8.976.950 mil (R\$ 9.079.988 mil em 31 de dezembro de 2015) deduzido da provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”) de R\$ 7.211.353 mil (R\$ 7.211.353 mil em 31 de dezembro de 2015) e dos efeitos tributários de R\$ 600.303 mil (R\$ 635.336 mil em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, o prejuízo do trimestre e do semestre findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 33.540 mil e R\$ 68.055 mil, respectivamente, que corresponde ao não registro da amortização da mais-valia, líquido dos efeitos tributários.

Continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, em 20 de junho de 2016, a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, Oi Móvel S.A. – em Recuperação Judicial, Telemar Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Portugal Telecom International Finance BV, ajuizaram, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido este deferido em 29 de junho de 2016 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida Lei a Companhia deverá apresentar em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, Plano de Recuperação que deverá conter: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A assembleia-geral de credores, nos termos da Lei, votará o plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. A Companhia está em fase de elaboração do referido plano não tendo mensurado, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, resultados abrangentes, fluxos de caixa e todas as divulgações relacionadas, tendo em vista as negociações estarem em andamento, bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer, tal como a aprovação do Plano de Recuperação por parte dos credores. Além disso, a Companhia incorreu em prejuízos significativos nos últimos exercícios sociais e no semestre findo em 30 de junho de 2016. Em 30 de junho de 2016, os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais, a administração deveria fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação em um futuro previsível para concluir que o pressuposto de continuidade, base para elaboração das informações contábeis intermediárias, é apropriado. Consequentemente, considerando as circunstâncias descritas, não é possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho deste assunto, seus impactos sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, bem como, concluirmos se o pressuposto de continuidade, base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias, é apropriado.

#### Abstenção de conclusão sobre as informações intermediárias

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados também para revisar as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível também obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre a DVA acima referida.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4